



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

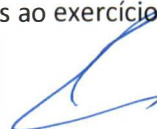
RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS



ANO DE 2019

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Gestão da UAc (Universidade dos Açores) submete à apreciação dos Senhores Membros do Conselho Geral, o RELATÓRIO DE ATIVIDADES CONSOLIDADO, as DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS e as DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS relativas ao exercício de 2019.



2

ÍNDICE GERAL

1.	INTRODUÇÃO	5
2.	ATIVIDADE DO GRUPO UNIVERSIDADE DOS. AÇORES	8
2.1.	ENSINO	8
2.2.	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR	9
2.3.	MOBILIDADE	10
2.4.	COMUNICAÇÃO, IMAGEM E EVENTOS	11
2.5.	AÇÃO SOCIAL	12
2.6.	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	13
2.7.	CHEGALVORADA, LDA	14
3.	DEMONSTRAÇÕES FINACEIRAS CONSOLIDADAS	15
3.1.	BALANÇO CONSOLIDADO - ATIVO	15
3.2.	BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	16
3.3.	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA	17
3.4.	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	18
3.5.	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA	19
3.6.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	20
4.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	58
4.1.	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – RECEBIMENTOS	58
4.2.	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – DESPESAS	59
4.3.	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – DIREITOS	60
4.4.	DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – OBRIGAÇÕES	61
4.5.	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	62

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – CONSTITUIÇÃO DO GRUPO UAC - 2019-----	5
FIGURA 2 – BALANÇO POR ENTIDADE – 2019 E 2018-----	6
FIGURA 3 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E INDICADORES ECONÓMICOS POR ENTIDADE – 2019 E 2018 -----	6
FIGURA 4 – BALANÇO CONSOLIDADO – 2019 E 2018-----	7
FIGURA 5 – RESULTADOS CONSOLIDADOS E INDICADORES ECONÓMICOS – 2019 E 2018-----	7
FIGURA 6 - NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS POR TIPO DE CURSO -----	8
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS PELA PRIMEIRA VEZ NO 1.º CICLO -----	9
FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DO N.º DE MOBILIDADES INCOMING NO ÂMBITO DO PROGRAMA ERASMUS+ ENTRE 2013/2014 E 2018/2019 -----	10
FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DO N.º DE MOBILIDADES OUTGOING NO ÂMBITO DO PROGRAMA ERASMUS+ ENTRE 2013/2014 E 2018/2019-----	11
FIGURA 10 - BALANÇO CONSOLIDADO - ATIVO-----	15
FIGURA 11 - BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO-----	16
FIGURA 12 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA-----	17
FIGURA 13 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO- 18	
FIGURA 14 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA -----	19
FIGURA 15 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – RECEBIMENTOS -----	58
FIGURA 16 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – DESPESAS -----	59
FIGURA 17 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – DIREITOS -----	60
FIGURA 18 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – OBRIGAÇÕES -----	61

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – TOTAL DE CONSULTAS EM 2018 E 2019 -----	12
--	----



1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório pretende sumarizar as principais atividades desenvolvidas em 2019 pelas Entidades que constituem o perímetro de consolidação da Universidade dos Açores (Grupo UAc), isto é, a Universidade dos Açores (UAc) enquanto entidade mãe (que inclui no seu âmbito as Unidades Orgânicas, a Reitoria e os seus Serviços) e um conjunto de Entidades Participadas pela UAc em relação às quais são cumpridos os critérios legais de inclusão no referido perímetro de consolidação.

A estrutura do Grupo UAc apresenta-se como se segue:

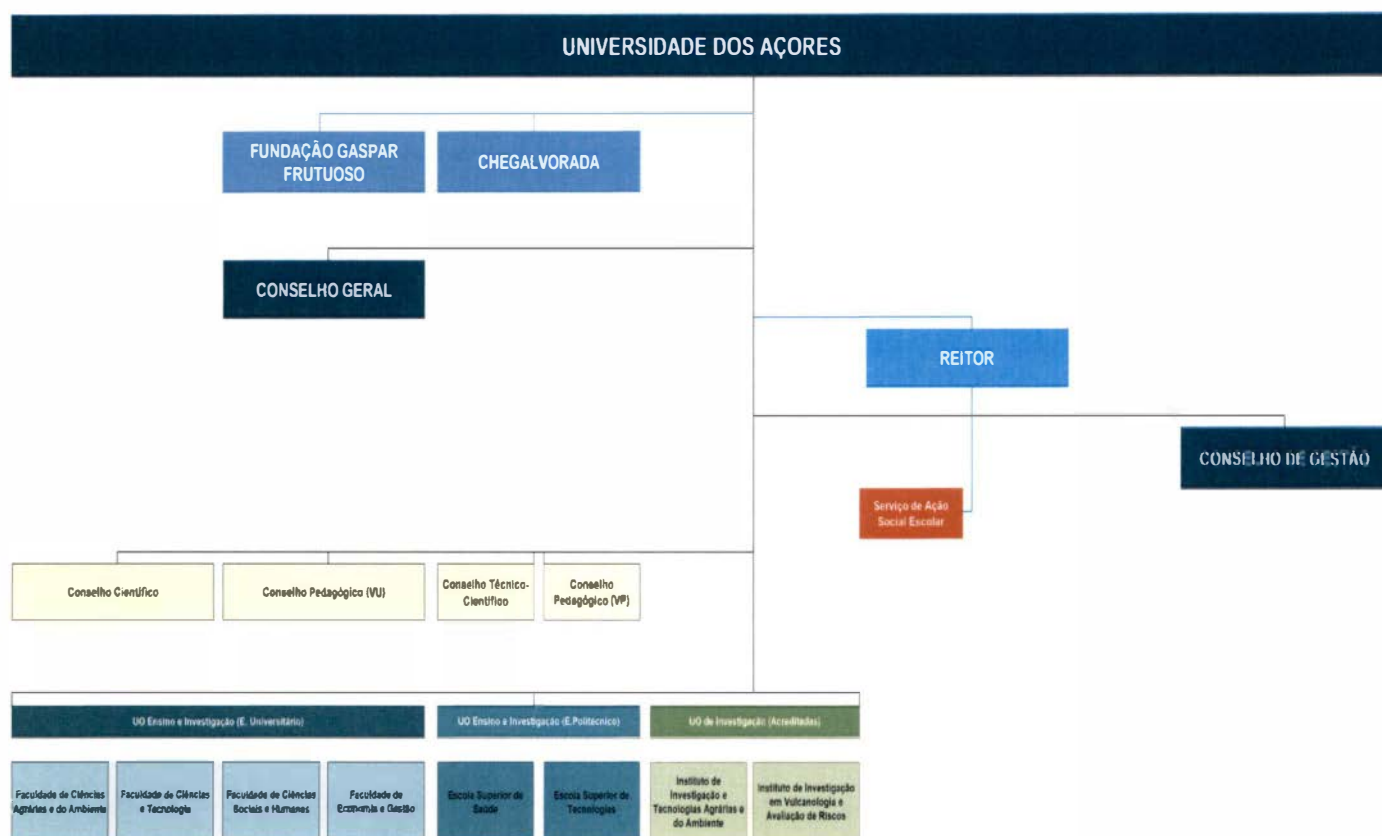


FIGURA 1 – CONSTITUIÇÃO DO GRUPO UAC - 2019

O presente Relatório reportará a atividade consolidada do Grupo UAc, efetuando, sempre que oportuno, referências às Entidades a título individual. Acresce que cada uma das Entidades dispõe de Órgãos de Gestão próprios, que têm igualmente a obrigação legal de disponibilizar a respetiva informação individual, pelo que aqui serão feitas somente algumas menções com o propósito de fornecer uma perspetiva integrada.

Nas Figuras 2 e 3 apresenta-se o comparativo das demonstrações financeiras, bem como de um conjunto de indicadores económicos, para cada uma das entidades que integram o perímetro UAc.

  5

(montantes em milhares de euros)	Contas individuais (entidades do perímetro de consolidação)							
	UAc		SASE		FGF		CA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo não corrente	44 778	45 469	14 560	14 717	475	306	41	16
Ativos fixos tangíveis	43 880	44 573	14 559	14 717	465	299	40	16
Ativos intangíveis	5	5	0	0	2	2	0	0
Participações financeiras	893	891	0	0	8	5	0	0
Ativo corrente	3 021	2 615	146	111	9 585	6 429	104	82
Inventários	105	110	4	2	0	0	20	20
Devedores por transferências e subsídios	0	4	0	0	6 385	3 271	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	1 576	1 753	2	1	303	431	20	24
Estado e outros entes públicos	0	0	0	0	0	0	6	7
Outras contas a receber	175	201	1	1	158	124	0	0
Diferimentos	63	27	11	6	5	7	0	0
Caixa e depósitos	1 102	519	128	101	2 734	2 596	58	30
Total do ativo líquido	47 800	48 083	14 705	14 828	10 060	6 735	144	98
Património líquido	41 139	41 685	14 572	14 695	1 789	1 860	136	89
Passivo não corrente	1 499	1 536	0	0	0	0	0	0
Provisões	1 499	1 536	0	0	0	0	0	0
Passivo corrente	5 161	4 863	133	133	8 271	4 875	8	8
Fornecedores	3	6	0	3	34	13	1	1
Estado e outros entes públicos	3	3	0	1	51	78	3	1
Financiamentos obtidos	0	150	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de investimentos	1	0	0	0	0	0	0	0
Outras contas a pagar	2 541	2 509	128	126	6 294	3 308	4	6
Diferimentos	2 613	2 195	5	3	1 892	1 475	0	0
Total património líquido e passivo	47 800	48 083	14 705	14 828	10 060	6 735	144	98
peso relativo	66%	70%	20%	21%	14%	10%	0%	0%

FIGURA 2 – BALANÇO POR ENTIDADE – 2019 E 2018

(montantes em milhares de euros)	Contas individuais (entidades do perímetro de consolidação)							
	UAc		SASE		FGF		CA	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Impostos de taxas (propinas e taxas)	2 904,0	2 978,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Vendas e Prestações de serviços	271,0	269,9	539,6	530,6	1 501,6	1 273,7	116,6	113,7
Transferências correntes e sub expl obtidos	17 430,1	16 689,7	876,2	846,2	1 823,6	1 737,9	44,9	36,3
Custos das merc Vend e matérias consumidas + var produ	-45,1	-40,6	-44,4	-46,0	0,0	0,0	-63,7	-49,3
Fornecimentos e serviços externos	-1 416,0	-1 466,6	-670,6	-603,3	-2 095,7	-1 777,6	-43,0	-49,3
Gastos com pessoal	-18 470,5	-18 036,9	-748,7	-693,2	-871,7	-804,6	-31,9	-40,4
Transferências e subsídios concedidos	-435,6	-435,9	0,0	0,0	-566,2	-293,6	0,0	0,0
Imparidades (perdas/reversões)	-4,9	33,6	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,0
Provisões (aumentos/reduções)	-7,8	316,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros rendimentos e gastos	593,3	475,8	151,7	137,9	152,7	12,3	-0,9	-2,9
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	818,5	793,8	203,8	172,2	-54,6	149,3	31,0	8,1
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-747,5	-546,3	-176,3	-171,8	-112,6	-115,1	-15,9	-15,8
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	71,1	247,6	27,5	0,4	-167,2	34,2	15,1	-7,8
Juros e rendimentos similares obtidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Juros e gastos similares suportados	-2,1	-5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Resultados antes de impostos	69,0	242,2	27,5	0,4	-167,2	34,2	15,1	-7,8
Imposto sobre o rendimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-3,8	-1,9
Resultados líquido do período	69,0	242,2	27,5	0,4	-167,2	34,2	11,3	-9,6
EBITDA (1)	831,2	443,9	203,8	172,2	-54,6	148,1	31,0	8,1
Gastos com pessoal / (propinas + Vendas + Transf. correntes)	89,6%	90,5%	52,9%	50,4%	26,2%	26,7%	19,9%	26,9%
Gasto médio por colaborador (em milhares de euros)	42,0	40,9	22,7	20,4	25,6	25,6	15,9	20,2
Número de colaboradores no final de 2019	442		33		35		2	
Número de colaboradores no final de 2018		438		33		33		2

(1) Earnings before Interest Taxes Depreciation and Amortization (Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)

FIGURA 3 – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E INDICADORES ECONÓMICOS POR ENTIDADE – 2019 E 2018

Nas Figuras 4 e 5 apresenta-se o comparativo das contas consolidadas do Grupo UAc, bem como da soma individual das demonstrações financeiras das entidades que integram o seu perímetro, e respetivos ajustamentos intragrupo, para além de um conjunto de indicadores económicos.



(montantes em milhares de euros)	2019			2018			2019 / 18	
	Soma individuais	+/- Ajustamentos intragrupo	UAc Consolidado	Soma individuais	+/- Ajustamentos intragrupo	UAc Consolidado	Variação	Var. %
Ativo não corrente	59 853	-749	59 105	60 508	-749	59 759	-654	-1,1%
Ativos fixos tangíveis	58 945	0	58 945	59 604	0	59 604	-660	-1,1%
Ativos intangíveis	8	0	8	8	0	8	0	4,0%
Participações financeiras	901	-749	152	896	-749	147	5	3,3%
Ativo corrente	12 855	0	12 855	9 236	0	9 236	3 620	39,2%
Inventários	129	0	129	132	0	132	-3	-2,6%
Devedores por transferências e subsídios	6 385	0	6 385	3 275	0	3 275	3 110	96,0%
Clientes, contribuintes e utentes	1 900	0	1 900	2 209	0	2 209	-309	-14,0%
Estado e outros entes públicos	6	0	6	7	0	7	-1	-16,6%
Outras contas a receber	334	0	334	326	0	326	8	2,6%
Diferimentos	79	0	79	40	0	40	39	96,9%
Caixa e depósitos	4 022	0	4 022	3 246	0	3 246	776	23,9%
Total do ativo líquido	72 709	-749	71 960	69 743	-749	68 995	2 965	4,3%
Património líquido	57 636	-549	57 087	58 329	-749	57 580	-493	-0,9%
Passivo não corrente	1 499	0	1 499	1 536	0	1 536	-36	-2,4%
Provisões	1 499	0	1 499	1 536	0	1 536	-36	-2,4%
Passivo corrente	13 573	-200	13 373	9 879	0	9 879	3 494	35,4%
Fornecedores	38	0	38	24	0	24	14	56,9%
Estado e outros entes públicos	57	0	57	82	0	82	-26	-30,2%
Financiamentos obtidos	0	0	0	150	0	150	-150	-100,0%
Fornecedores de investimentos	1	0	1	0	0	0	1	-
Outras contas a pagar	8 967	0	8 967	5 949	0	5 949	3 018	50,7%
Diferimentos	4 510	-200	4 310	3 674	0	3 674	636	17,3%
Total património líquido e passivo	72 709	-749	71 960	69 743	-749	68 995	2 965	4,3%
peso relativo	101%	-1%	100%	101%	-1%	100%		

FIGURA 4 – BALANÇO CONSOLIDADO – 2019 E 2018

(montantes em milhares de euros)	2019			2018			2019 / 18	
	Soma individuais	+/- Ajustamentos intragrupo	UAc Consolidado	Soma individuais	+/- Ajustamentos intragrupo	UAc Consolidado	Variação	Var. %
Impostos de taxas (propinas e taxas)	2 904,0	0,0	2 904,0	2 978,3	0,0	2 978,3	-74,4	0,0
Vendas e Prestações de serviços	2 427,8	-18,0	2 409,8	2 187,9	-30,3	2 157,6	262,2	11,7%
Transferências correntes e sub expl obtidos	20 174,8	-145,9	20 028,9	19 309,2	-123,6	19 185,6	843,4	4,4%
Custos das merc Vend e matérias consumidas + var produ	-143,3	0,0	-143,3	-134,9	0,0	-134,9	-8,4	6,2%
Fornecimentos e serviços externos	-4 125,3	18,0	-4 107,3	-3 886,8	30,3	-3 856,5	-260,9	6,6%
Gastos com pessoal	-20 122,7	0,0	-20 122,7	-19 575,1	0,0	-19 575,1	-547,6	2,8%
Transferências e subsídios concedidos	-1 000,8	345,9	-654,9	-729,5	123,6	-606,0	-49,0	8,1%
Imparidades (perdas/reversões)	-4,9	0,0	-4,9	34,7	0,0	34,7	-39,6	-114,2%
Provisões (aumentos/reduções)	-7,8	0,0	-7,8	316,5	0,0	316,5	-324,2	-102,4%
Outros rendimentos e gastos	896,8	0,0	896,8	623,2	0,0	623,2	273,6	43,9%
Resultados antes de depreciações e gastos financeiros	998,7	200,0	1 198,7	1 123,4	0,0	1 123,4	75,3	6,7%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 052,2	0,0	-1 052,2	-849,0	0,0	-849,0	-203,2	23,9%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-53,5	200,0	146,5	274,4	0,0	274,4	-127,9	-46,6%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Juros e gastos similares suportados	-2,1	0,0	-2,1	-5,3	0,0	-5,3	3,2	-61,0%
Resultados antes de impostos	-55,6	200,0	144,4	269,1	0,0	269,1	-124,7	-46,3%
Imposto sobre o rendimento	-3,8	0,0	-3,8	-1,9	0,0	-1,9	-2,0	106,4%
Resultados líquido do período	-59,4	200,0	140,6	267,3	0,0	267,3	-126,6	-47,4%
EBITDA (1)			1 211,4			772,3		
Gastos com pessoal / (propinas + Vendas + Transf correntes)			79,4%			80,6%		
Gasto médio por colaborador (em milhares de euros)			39,5			38,6		
Número de colaboradoras no final de 2019			512					
Número de colaboradoras no final de 2018						606		

(1) Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization (Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações).

FIGURA 5 – RESULTADOS CONSOLIDADOS E INDICADORES ECONÓMICOS – 2019 E 2018

2. ATIVIDADE DO GRUPO UAC

2.1. ENSINO

No corrente ano letivo, o número de alunos inscritos em cursos de 1.º ciclo representa 80,4% do total de estudantes da UAc (Figura 6), os alunos inscritos em cursos de 2.º ciclo correspondem a 17,0% e os do 3.º ciclo a 1,6% do total de estudantes. Os estudantes inscritos em cursos técnicos superiores profissionais correspondem a 0,9%. Neste ano estão inscritos nos vários ciclos de estudos um total de 2582 estudantes.

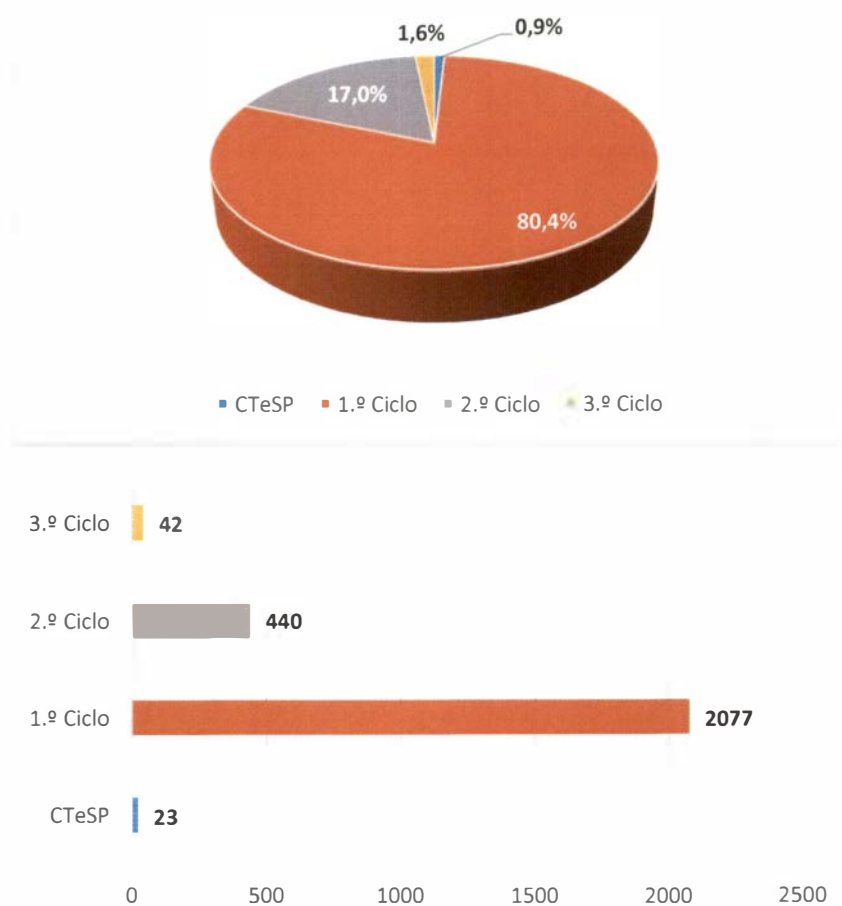


FIGURA 6 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS POR TIPO DE CURSO

O número de alunos matriculados pela primeira vez na UAc no ano 2019-2020 aumentou muito ligeiramente quando comparado com o ano letivo anterior, mas num contexto de diminuição de candidatos a nível nacional no âmbito do Concurso Nacional de Acesso (CNA), (Figura 7). No que respeita aos novos alunos matriculados provenientes do CNA, registaram-se 493 matriculados, o que corresponde a um ligeiro aumento, e nos demais concursos (concursos especiais; mudança de curso; transferências; reingressos; estudante internacional), 192, isto é, manteve-se inalterado.

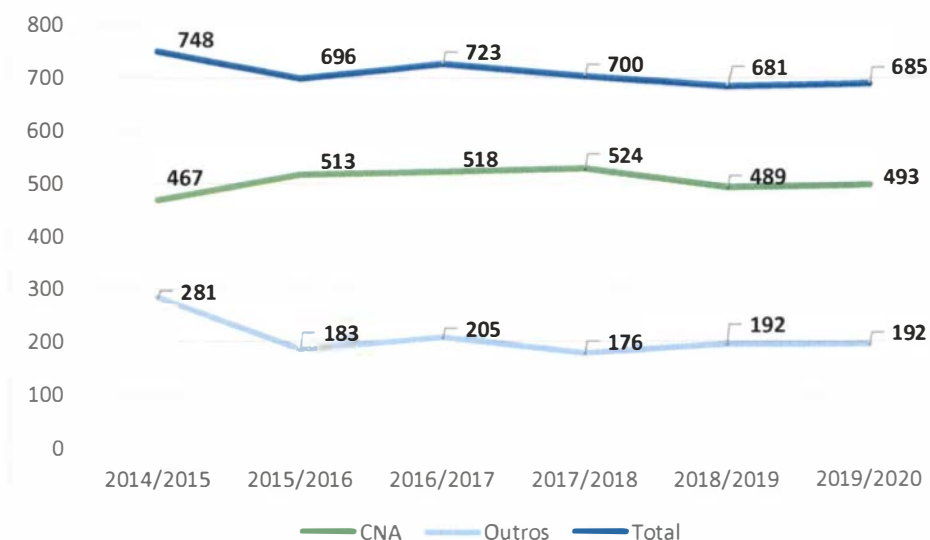


FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS PELA PRIMEIRA VEZ NO 1.º CICLO

2.2. FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A oferta de formação disponibilizada aos trabalhadores da UAc em 2019 contou com um conjunto de ações de formação oferecidas por entidades externas e disponibilizadas internamente, dinamizadas por docentes e/ou trabalhadores da instituição ou asseguradas por entidades contratadas para o efeito.

Considerando as necessidades e os interesses de formação identificados junto de serviços e unidades orgânicas, bem como o número de vagas disponíveis para cada uma das ações, foram frequentadas por trabalhadores e estudantes da UAc 8 ações externas, 9 ações promovidas internamente e 24 ações de autoformação.

No conjunto destas ações estiveram envolvidos 27 trabalhadores afetos aos vários serviços e unidades orgânicas. De entre os trabalhadores que frequentaram formação complementar em 2019, 11% eram dirigentes, 22% técnicos superiores, 11% especialistas de informática, 22% assistentes técnicos, 30% docentes do ensino universitário e politécnico e 4% investigadores. Foi ainda oferecida formação ao nível de cursos livres de línguas, frequentadas por 175 formandos (estudantes em mobilidade e público externo à UAc).

O programa formativo da Academia Sénior é organizado por ano letivo. Em 2018/2019 matricularam-se na Academia Sénior 90 estudantes, com uma média de idades na ordem dos 70 anos. A Academia Sénior oferece, anualmente, um programa formativo diversificado, que contempla cursos de natureza científica, de curta duração, e oficinas de duração variável mais orientadas para o desenvolvimento de competências tecnológicas, comunicacionais e de coordenação motora, bem como para a estimulação da criatividade, da capacidade de iniciativa e da socialização.

[Assinatura]

Em 2019, e à semelhança dos anos anteriores, a Academia Júnior organizou a 4.ª edição do Programa “Verão Jovem na UAc”. Neste âmbito, manteve a oferta dos programas “Os Cientistas” (orientado para estudantes do 9.º ao 12.º ano) e “Os Exploradores” (orientado para estudantes do 7.º ao 9.º ano). Contrariamente aos anos anteriores, estes programas não decorreram no campus de Angra do Heroísmo, por não se terem registado inscrições, motivo pelo qual também nunca foram oferecidos no campus da Horta. Em contrapartida, e devido à crescente procura dos públicos mais jovens, em Ponta Delgada, aumentou-se a duração do Programa “Os Exploradores” para duas semanas, com o dobro de horas de contacto.

Estes programas têm contado com o apoio de algumas Câmaras Municipais, através do financiamento de inscrições a estudantes de escolas e associações locais, mediante o estabelecimento de protocolos de colaboração que se têm vindo a manter e a alargar ao longo dos últimos anos.

Ao longo de 2018/2019 foram também organizadas visitas de estudo, de grupos de estudantes do ensino secundário de escolas das várias Ilhas do arquipélago e do continente português, com objetivo de dar a conhecer a instituição e suscitar/aprofundar o seu interesse em prosseguir estudos na UAc.

2.3. MOBILIDADE

No âmbito do programa Erasmus+, programa de mobilidade com maior expressão na UAc, a Figura 8 representa a evolução das mobilidades *incoming* desde 2013/2014, registando-se um aumento significativo e regular da procura da UAc por estudantes estrangeiros das Instituições de Ensino Superior (IES) parceiras.

Em 2018/2019 observou-se um acréscimo significativo no número de mobilidades de outros trabalhadores das IES parceiras em missões de formação.

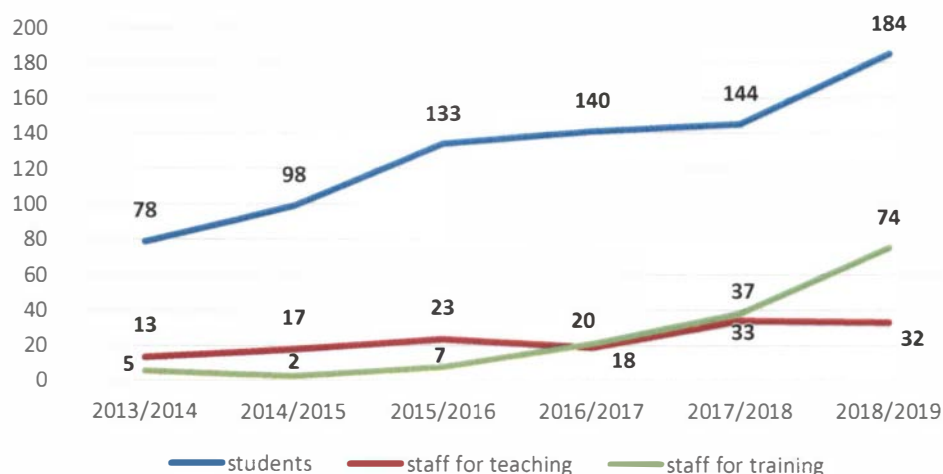


FIGURA 8 – EVOLUÇÃO DO N.º DE MOBILIDADES INCOMING NO ÂMBITO DO PROGRAMA ERASMUS+ ENTRE 2013/2014 E 2018/2019

No que respeita às mobilidades *outgoing* (Figura 9), registou-se em 2018/2019 uma recuperação no número de estudantes da UAc em mobilidade Erasmus+ relativamente ao ano antecedente, verificando-se uma diminuição do número de mobilidades de trabalhadores da UAc em formação.

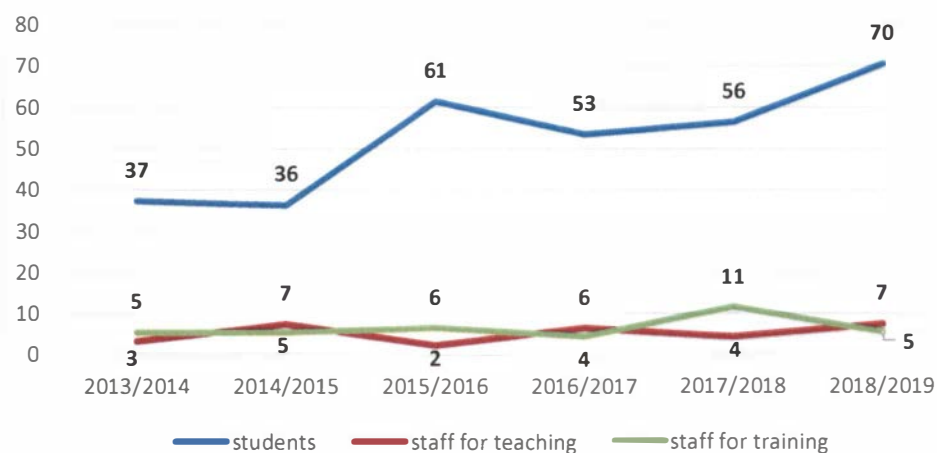


FIGURA 9 – EVOLUÇÃO DO N.º DE MOBILIDADES *OUTGOING* NO ÂMBITO DO PROGRAMA ERASMUS+ ENTRE 2013/2014 E 2018/2019

No âmbito dos programas de mobilidade nacional de estudantes Almeida Garrett (Ensino Universitário) e Vasco da Gama (Ensino Politécnico), o registo de mobilidades mantém-se residual, o que se deverá em parte ao facto de estas não usufruírem de bolsas. A procura por este tipo de mobilidades tende a desaparecer.

2.4. COMUNICAÇÃO, IMAGEM E EVENTOS

Em 2019, o Gabinete de Relações Públicas e Comunicação (GRPC) concebeu, desenhou e produziu vários trabalhos gráficos, em versão digital e para impressão em papel, nomeadamente o guia anual da oferta letiva, brochuras para acolhimento dos novos estudantes, em português e inglês, para os campi de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo. Adicionalmente, foram concebidos e produzidos *roll-ups* e folhetos promocionais da oferta de ensino da instituição e diversos *banners* promocionais para a página web e material de *merchandising*.

O GRPC assegurou ainda a cobertura fotográfica de muitas dezenas de eventos académicos, cerimónias, audiências, entre outros, tendo também procedido à recolha fotográfica de imagens para a produção gráfica de material de divulgação e promoção institucional.

O portal Web institucional não sofreu alterações estruturais em 2019, tendo sido apenas reorganizados e atualizados, periodicamente, os conteúdos dos separadores existentes. Este portal foi alimentado diariamente com a publicação de conteúdos noticiosos sobre os eventos organizados na instituição.

Durante o ano de 2019, o GRPC assegurou os mecanismos necessários à afetação de espaços, equipamentos e apoio logístico para a realização de cerimónias, conferências, congressos, seminários, etc., num total de cerca de 167 eventos. O GRPC também assegurou os mecanismos necessários à afetação de espaços, equipamentos e apoio logístico dos cerca de 26 eventos realizados por entidades externas nas instalações da UAc em Ponta Delgada.

2.5. AÇÃO SOCIAL

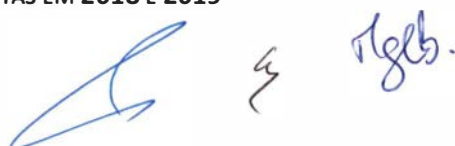
Em 2019, no que concerne às atividades desenvolvidas relativamente aos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores (SASE), salientam-se as inerentes à atribuição de bolsas, a concursos e ao funcionamento das consultas médicas e de psicologia.

Foram implementados os procedimentos definidos para a atribuição das bolsas Academia do Bacalhau de São Miguel (1 bolsa), Prof. António Joaquim Fernandes (1 bolsa) e Fundação Pauleta (1 bolsa), relativamente a esta última foi elaborado o Acordo de Projeto para 2019/2020. No que concerne às bolsas Santander Futuro, foram definidas as Disposições Particulares para a UAc 2019/2020 e após integração dos dados na plataforma da entidade referida, implementaram-se os procedimentos acordados para a atribuição das 5 bolsas. Para além destas, foram divulgadas na UAc outras bolsas externas.

Em 2019, os pedidos dos estudantes para consultas de psicologia aumentaram consideravelmente nos dois polos, relativamente ao ano de 2018, assim como para as consultas médicas em Ponta Delgada, se bem com menor incidência (Tabela 1).

Polo	Especialidade	N.º Consultas 2018	N.º Consultas 2019	Lista de Espera 2019 (31/12)
Ponta Delgada	Psicologia	80	110	20
	Médica	30	41	-
Angra do Heroísmo	Psicologia	26	40	3
	Médica	19	6	-

TABELA 1 – TOTAL DE CONSULTAS EM 2018 E 2019



Atendendo, nomeadamente à lista de espera para as consultas de psicologia, está em curso a análise e discussão dos referidos serviços. Com vista a respostas mais efetivas, para além de se pretender a promoção da articulação entre a psicóloga e o médico que prestam serviços na UAc, foi elaborado um protocolo UAc/Hospital do Divino Espírito Santo, com vista a facilitar o acesso dos estudantes a consultas de especialidade.

2.6. INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A UAc tem 12 estruturas de investigação científica dedicadas à investigação e desenvolvimento tecnológico, assim como ao apoio do ensino, incluindo institutos, centros e núcleos especializados de I&D.

Em 2019 foi divulgado o resultado da avaliação das Unidades de I&D do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). Em resultado de tal processo, o número de unidades de I&D da Universidade dos Açores acreditadas no SCTN passou de 7 para 9, com a entrada do Instituto de Investigação em Ciências do Mar (OKEANOS) e do Centro de Biotecnologia dos Açores (CBA).

Comparando com o processo de avaliação anterior, a classificação dos centros das áreas de Ciências Naturais e Tecnológicas foi globalmente superior, com quatro unidades de I&D a alcançar o Excelente e duas o Muito Bom. Nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, a classificação manteve-se ou até baixou.

Considerando a UAc e a Fundação Gaspar Frutuoso como entidades de gestão, no ano de 2019, e independentemente da área científica, verificou-se um aumento no número de contratos de projetos de I&D, quando comparado com os anos anteriores (de 16 em 2018 para 47 em 2019). O número de projetos contratados está, naturalmente, condicionado pela existência de concursos promovidos pelas entidades financiadoras.

No que respeita aos montantes contratualizados, em 2019, atingiu-se o valor mais elevado dos últimos anos em qualquer das áreas científicas. Neste contexto, importa sublinhar que tais contratos não espelham o financiamento do ano a que reportam, mas sim o que será garantido ao longo da duração dos projetos, em geral, dois ou mais anos. Relevam os montantes contratados nas áreas das Ciências Naturais e Tecnológicas, e nestes, o aumento da captação de verbas Europeias do H2020. Depois de dois anos de alguma estagnação, em 2019, voltaram a observar-se programas e medidas de I&D regionais, tendo o Governo Regional dos Açores, diretamente ou através de fundos europeus do POAçores 2020, passado a ser o principal agente financiador da investigação desenvolvida na UAc.



Quanto aos Serviços de I&D, e independentemente de a entidade de gestão ser a UAc ou a Fundação Gaspar Frutuoso, verifica-se alguma estabilidade no que se refere ao número de contratos celebrados, dominando as áreas das Ciências Naturais e Tecnológicas. Em qualquer das áreas científicas releva o financiamento de entidades regionais. Já no que respeita a Outras Iniciativas de I&D, onde se inclui o financiamento de atividades relacionadas com a organização de eventos científicos, a participação em congressos e reuniões científicas e o apoio a publicações científicas, tem-se verificado uma tendência crescente no número de iniciativas financiadas, independentemente da área científica, sendo estas maioritariamente patrocinadas por programas regionais.

Um dos indicadores mais relevantes no que respeita à atividade de investigação prende-se com a produção científica. Neste domínio, e tomando como referência o conjunto de bases de dados da Web of Science, da Clarivate Analytics, verifica-se que, nos últimos cinco anos, o número de publicações de investigadores da UAc é relativamente estável tendo atingido em 2019 o seu valor máximo (239). No que se refere ao número de citações associadas a publicações indexadas nas mesmas bases de dados, existiu um claro incremento nos últimos anos (de 5403, em 2018, para 6186, em 2019).

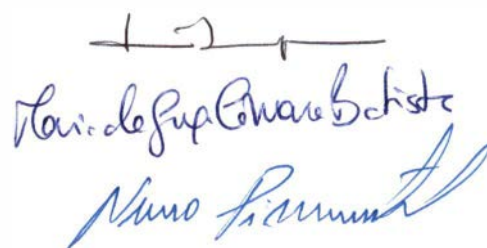
2.7. CHEGALVORADA, LDA

A Chegalvorada, a exemplo dos anos anteriores, apoia as atividades letivas, através da disponibilização de terrenos, animais, máquinas e mão-de-obra.

Visando a sua sustentabilidade económica, bem como a torná-la rentável, a Chegalvorada destina os seus resultados primordialmente para a produção de leite a baixo custo, o que se tem revelado como a opção correta. Em 2019, apresentou um resultado líquido de 11.300,53€, revertendo a situação deficitária que apresentou no ano anterior.

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão



Nuno Pinheiro



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.1. BALANÇO CONSOLIDADO - ATIVO

(Valores expressos em euros)

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
	Notas	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	58 944 673,53	59 604 263,29
Propriedades de investimento		-	-
Ativos intangíveis	3	7 814,67	7 515,59
Participações financeiras	18 (a)	152 197,80	147 319,42
Outros ativos financeiros		-	-
Devedores por transferências e subsídios	18 (b)	-	-
		<u>59 104 686,00</u>	<u>59 759 098,30</u>
Ativo corrente			
Inventários	10	129 018,37	132 327,10
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios	18 (b)	6 384 830,23	3 274 889,84
Devedores por empréstimos bonificados			
Clientes, contribuintes e utentes	18 (c)	1 900 453,33	2 209 112,18
Estado e outros entes públicos	23 (a)	5 881,20	6 961,06
Outras contas a receber	18 (d)	334 099,71	325 678,23
Diferimentos	23 (b)	79 137,21	40 401,39
Ativos financeiros detidos para negociação			
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	4 021 887,77	3 246 310,03
		<u>12 855 307,82</u>	<u>9 235 679,83</u>
Total do Ativo		<u>71 959 993,82</u>	<u>68 994 778,13</u>

FIGURA 10 – BALANÇO CONSOLIDADO - ATIVO

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão

Henrique da Silva Gonçalves
Nuno Pinheiro
15



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

3.2. BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

(Valores expressos em euros)

Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património		7 149 701,61	7 149 701,61
Resultados transitados		-6 859 120,36	-7 161 591,40
Outras variações no Património Líquido		56 656 277,09	57 324 655,21
Resultado líquido do período		140 605,06	267 253,46
Interesses que não controlam		-	-
Total do Património Líquido	18 (g)	<u>57 087 463,40</u>	<u>57 580 018,88</u>
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	<u>1 499 154,54</u>	<u>1 535 595,16</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	18 (e)	37 962,61	24 198,13
Estado e outros entes públicos	23 (a)	57 326,20	82 132,39
Financiamentos obtidos	18 (f)	-	150 000,00
Fornecedores de investimentos	18 (e)	923,29	-
Outras contas a pagar	18 (e)	8 967 254,87	5 949 087,36
Diferimentos	23 (b)	<u>4 309 908,91</u>	<u>3 673 746,21</u>
		<u>13 373 375,88</u>	<u>9 879 164,09</u>
Total do Passivo		<u>14 872 530,42</u>	<u>11 414 759,25</u>
Total do Património Líquido e Passivo		<u>71 959 993,82</u>	<u>68 994 778,13</u>

FIGURA 11 – BALANÇO CONSOLIDADO – PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão

[Handwritten signatures]
Nuno Pinheiro



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

3.3. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA

(Valores expressos em euros)

Demonstração dos resultados consolidada do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018			
	Notas	2019	2018
Impostos e taxas	14	2 903 987,22	2 976 345,90
Vendas	13	299 420,37	268 311,17
Prestações de serviços	13	2 110 423,83	1 889 288,20
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	14	20 026 934,32	19 185 559,44
Variações nos inventários da produção	10	10 730,00	13 450,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	(153 990,89)	(148 337,93)
Fornecimentos e serviços externos	23 (c)	(4 107 348,60)	(3 856 487,92)
Gastos com pessoal	23 (d)	(20 122 877,84)	(19 575 145,05)
Transferências e subsídios concedidos	23 (e)	(854 879,95)	(805 849,98)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16 (c)	(4 929,95)	9 655,97
Provisões (aumentos/reduções)	15	(7 750,37)	318 489,19
Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	16 (a)	-	25 000,00
Outros rendimentos a ganhos	23 (f)	972 338,75	750 478,16
Outros gastos e perdas	23 (g)	(75 533,88)	(127 311,13)
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		1 198 723,01	1 123 424,04
Gastos/reversões de depreciação e amortização	5	(1 052 225,69)	(848 986,04)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		146 497,12	274 438,00
Juros e gastos similares suportados	23 (h)	(2 077,31)	(5 327,04)
Resultado antes de impostos		144 419,81	269 110,96
Imposto sobre o rendimento	23 (a)	(3 814,75)	(1 657,50)
Resultado líquido do período		140 605,06	267 453,46
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		140 605,06	267 453,46
Interesses que não controlam		-	-
		140 605,06	267 453,46

Figura 12 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão

António de Sousa Comares Batista
Nuno Brum



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

3.4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

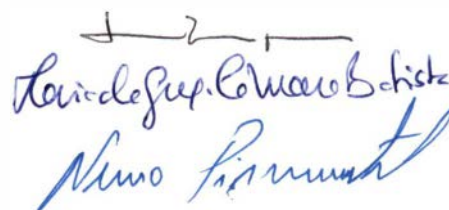
(Valores expressos em euros)

Demonstração consolidada das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2019 e 2018							
DESCRIÇÃO	Notas						
		Património realizado	Resultados transitados	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam
A 1 de janeiro de 2018		7.149.701,61	(7.508.556,41)	57.943.176,27	353.045,01	57.937.366,48	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		-	41.693,73	-	(41.693,73)	-	-
Aplicação do resultado líquido de 2017		-	311.351,28	-	(311.351,28)	-	-
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	(6.080,00)	(618.521,06)	-	(624.601,06)	-
		-	346.965,01	(618.521,06)	(353.045,01)	(624.601,06)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					267.253,46	267.253,46	-
RESULTADO INTEGRAL					267.253,46	267.253,46	-
A 31 de dezembro de 2018		7.149.701,61	(7.161.591,40)	57.324.655,21	267.253,46	57.580.018,88	-
A 1 de janeiro de 2019		7.149.701,61	(7.161.591,40)	57.324.655,21	267.253,46	57.580.018,88	-
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação do resultado líquido de 2018		-	267.253,46	-	(267.253,46)	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		-	35.217,58	(668.378,12)	-	(633.160,54)	-
		-	302.471,04	(668.378,12)	(267.253,46)	(633.160,54)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					140.605,06	140.605,06	-
RESULTADO INTEGRAL					140.605,06	140.605,06	-
A 31 de dezembro de 2019	18 (g)	7.149.701,61	(6.859.120,36)	56.656.277,09	140.605,06	57.087.463,40	-

Figura 13 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão


Rui de Gus. Gomes Batista
Nuno Pimenta



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

3.5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

(Valores expressos em euros)

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Notas	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.420.114,65	1.825.151,49
Recebimentos de utentes		3.396.294,26	3.540.944,72
Pagamentos a fornecedores		(4.298.510,98)	(4.051.261,95)
Pagamentos de bolsas de investigação		(365.196,22)	(293.604,66)
Pagamentos ao pessoal		(20.056.458,49)	(19.596.144,61)
Caixa gerada pelas operações		(18.903.756,78)	(18.574.915,01)
Outros recebimentos/pagamentos		20.033.712,35	19.427.664,71
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		1.129.955,57	852.749,70
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(349.883,84)	(302.182,65)
Ativos intangíveis		(5.967,95)	(2.692,81)
Investimentos financeiros		(2.845,50)	(3.362,39)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		7.159,41	4.588,94
Subsídios ao investimento		153.797,74	82.280,84
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		(197.740,14)	(221.368,07)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(150.000,00)	(150.000,00)
Juros e gastos similares		(6.637,69)	(1.533,33)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		(156.637,69)	(151.533,33)
Variação de caixa e seus equivalentes		775.577,74	479.848,30
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.246.310,03	2.766.461,73
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1	4.021.887,77	3.246.310,03
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3.246.310,03	2.766.461,73
Equivalentes a caixa no início do período		3.246.310,03	2.766.461,73
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no início do período		(30.185,55)	(32.480,13)
Saldo da gerência anterior		3.216.124,48	2.733.981,60
De execução orçamental		3.182.204,03	2.691.564,05
De operações de tesouraria		33.920,45	42.417,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4.021.887,77	3.246.310,03
Equivalentes a caixa no fim do período		4.021.887,77	3.246.310,03
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no início do período		(57.936,53)	(30.185,55)
Saldo para a gerência seguinte		3.963.951,24	3.216.124,48
De execução orçamental		3.941.074,03	3.182.204,03
De operações de tesouraria		22.877,21	33.920,45

Figura 14 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão

António de Jesus Gonçalves
19
António Simões



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

3.6. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 - Identificação da entidade que controla

- a) Designação da entidade: UAc - Universidade dos Açores.

Contribuinte: 512017050.

- b) Endereço: Rua da Mãe de Deus, 9501-321 Ponta Delgada.

- c) Classificação orgânica: 111050200 – Funcionamento.

118050200 – Plano.

- d) Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

- e) Constituição, principal legislação aplicável e organização:

A Entidade foi fundada em 9 de janeiro de 1976 e é uma pessoa coletiva de direito público, com autonomia estatutária, científica, pedagógica, cultural, administrativa, financeira e disciplinar, dedicada à produção e à transmissão de conhecimento, através do ensino, da investigação, da difusão cultural, da prestação de serviços, nas áreas das humanidades, das artes, das ciências e das tecnologias, nas vertentes universitária e politécnica.

A Entidade rege-se pelo disposto nos Estatutos da Universidade dos Açores, homologados pelo Despacho Normativo n.º 8/2016, de 29 de julho, publicado no Diário da República 2.ª série, n.º 154, de 11 de agosto, alterados pelo Despacho Normativo n.º 11/2017, de 3 de agosto, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 163, de 24 de agosto, e pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES).

São órgãos de governo da Entidade:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

- O Conselho Geral;
- O Reitor;
- O Conselho de Gestão.

São órgãos de coordenação da Entidade:

- Subsistema universitário:
 - Conselho Científico;
 - Conselho Pedagógico.
- Subsistema politécnico:
 - Conselho Técnico-Científico;
 - Conselho Pedagógico.

É órgão de consulta do Reitor o Conselho de Estratégia e Avaliação.

Em 31 de Dezembro de 2019, o Conselho de Gestão era constituído por:

- Reitor (Presidente): João Luís Roque Baptista Gaspar;
- Vice-Reitor (Vogal): Maria da Graça Câmara Batista;
- Administrador (Vogal): Nuno Henrique Oliveira Pimentel.

A Entidade é empresa-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são consolidadas em outra entidade.

Em conformidade com o previsto na NCP 22 – Demonstrações financeiras consolidadas, não foram excluídas do processo de consolidação, quaisquer entidades em que se verifiquem as condições de controlo.

As entidades controladas incluídas na consolidação do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Entidade	Sede	% Detida	Método consolidação
SASE - Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores	Ponta Delgada	100,00%	Simple agregação
Fundação Gaspar Frutuoso, FP	Ponta Delgada	100,00%	Integral
Chegalvorada - Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal Lda	Angra do Heroísmo	100,00%	Integral

SASE – Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores

Os Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, adiante designados como SASE, têm sede no campus Universitário de Ponta Delgada. São uma pessoa coletiva de direito público que goza de autonomia administrativa e financeira, nos termos da lei, dos Estatutos da Universidade dos Açores (UAc) e de acordo com o Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Despacho 13006/2015 publicado no Diário da Republica – 2ª Serie nº 224 - 16 de novembro de 2015.

Os SASE desenvolvem a sua atividade nas áreas da atribuição de bolsas de estudo, de alojamento, da alimentação, do desporto, da cultura e do apoio médico. Os SASE são constituídos por três grandes sectores localizados nos campi de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada, com dependência direta do Diretor Executivo.

Fundação Gaspar Frutuoso, FP

A Fundação Gaspar Frutuoso, FP, é uma Fundação Pública de Direito Privado, sita no campus Universitário de Ponta Delgada com o contribuinte 512 058 407, é dotada de personalidade jurídica, órgãos e património próprios e de autonomia administrativa e financeira, que se rege pelos seus estatutos regulamentos internos, lei-quadro das fundações e demais legislação aplicável, conforme artigo I dos mesmos publicados em Diário da República, 2ª série, nº 191/2015.

Foi constituída por escritura a 4 de março de 1999 e tem por fim, no quadro de uma estreita colaboração com a Universidade dos Açores (UAc), fomentar atividades de cariz científico, tecnológico, social, cultural, artístico, desportivo, económico e ambiental, entre outros, através da promoção e da participação em concursos, programas e projetos, assim como do desenvolvimento de ações de formação, consultoria e divulgação.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Chegalvorada – Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal, Lda

Chegalvorada – Produção, exploração e gestão agrícola unipessoal, Lda., adiante designada Chegalvorada, sita em Angra do Heroísmo, com o número de contribuinte 512 402 305 é uma sociedade unipessoal por quotas que tem como objetivo a produção, exploração e gestão agrícola das estações experimentais do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade dos Açores (UAc), cujo capital social é totalmente detido pela Universidade dos Açores.

1.2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a estrutura concetual e as Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato financeiro, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor, ao Sistema de Normalização Contabilística e, depois, às normas internacionais de contabilidade adotadas na União Europeia, e normas internacionais de relato financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras consolidadas, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras

De referir que as notas indicadas neste Anexo seguem a sequência numérica do modelo de notas explicativas às demonstrações financeiras incluído na NCP 1 - Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras. As notas para as quais se considera não existir informação que justifique a sua divulgação não serão utilizadas, mantendo-se, contudo, o número de ordem das que forem utilizadas.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Princípios de consolidação

A consolidação das entidades controladas que estão identificadas na Nota 1.1 efetuou-se pelo método de agregação simples e o método da consolidação integral. As entidades controladas são aquelas em que a UAc tem capacidade para orientar as suas atividades relevantes ou detém direitos a benefícios variáveis e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa. Presume-se a existência de controlo quando tem o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de determinada entidade de modo a obter benefícios variáveis, detendo mais de metade dos direitos de voto decorrentes da detenção de instrumentos de capital próprio ou quando esse poder deriva de acordos vinculativos.

A aquisição das entidades controladas é registada pelo seu custo de aquisição, que incluiu eventuais despesas adicionais de aquisição, o qual é mantido pelo seu valor original na data de relato, exceto se houver uma perda por imparidade.

Os saldos existentes e transações ocorridas significativas entre as entidades controladas incluídas na consolidação integral foram eliminados, nomeadamente dívidas entre entidades, bem como, os rendimentos e gastos relativos às operações ocorridas entre as entidades incluídas na consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas controladas é apresentado como interesses que não controlam.

Quando as perdas acumuladas de uma entidade controlada atribuíveis aos interesses que não controlam excedem o interesse minoritário no seu capital próprio, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como ganhos até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas sejam recuperadas.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração dos ativos e passivos aplicáveis adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são os previstos no SNC-AP, sendo feitos, quando aplicável, ajustamentos apropriados às demonstrações financeiras das entidades controladas de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do Grupo.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Todas as entidades integradas na prestação de contas consolidadas da UAc utilizam o SNC-AP, exceto a CHEGALVORADA que prepara as demonstrações financeiras em SNC aplicável às entidades em geral, não tendo no processo de reclassificação das contas resultado qualquer necessidade de alterações dos critérios de mensuração aplicados.

Apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados da Entidade e representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC-AP requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Entidade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.



Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 23 de junho de 2020, e serão submetidas a aprovação pelo Conselho Geral.

As demonstrações financeiras separadas da Entidade foram aprovadas pelo Conselho de Gestão em 2 de junho de 2020.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações financeiras quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas.

  25



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Comparabilidade das demonstrações financeiras consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior, no entanto procedeu-se à reclassificação dos rendimentos e gastos relacionados com a atividade bancária em 2018, que eram evidenciados como resultados financeiros para rendimentos e gastos operacionais no montante de 16.759 e 28.758 euros, respetivamente.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Compensação de saldos e transações

Os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos não são compensados, exceto se for exigido ou permitido por uma NCP.

Fluxos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Os valores de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2019 incluem 1.014.776 euros relativos a receitas consignadas (2018 - 450.732 euros), cujo uso está condicionado aos fins específicos a que respeitam.

Valores de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição de caixa e seus equivalentes era a seguinte:

	2019	2018
Caixa	6 430	2 188
Depósitos em instituições financeiras		
À ordem	155 485	85 000
A prazo	-	-
Conta no Tesouro	3 859 974	3 159 122
	4 021 888	3 246 310
Descobertos bancários	-	-
	<u>4 021 888</u>	<u>3 246 310</u>



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

NOTA 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das presentes demonstrações financeiras são descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado.

2.1 - Bases de mensuração e apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e do regime do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidas de acordo com o SNC-AP em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O euro é a moeda funcional e de apresentação e as demonstrações financeiras são apresentadas em euros.

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais efetivos e os resultantes da conversão pela taxa de câmbio à data do relato são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de gastos e rendimentos operacionais, exceto se não estiverem relacionados com operações de financiamento.

A Entidade classifica os ativos e os passivos em correntes quando se espera que sejam (i) realizados ou liquidados, ou que estejam detidos para venda ou consumo, no decurso do seu ciclo operacional; (ii) detidos principalmente com a finalidade de ser negociados; (iii) realizados ou liquidados dentro de doze meses após a data de relato; ou (iv) caixa ou um equivalente a caixa, a menos que seja limitada a sua troca ou uso para regularizar um passivo durante pelo menos doze meses após a data de relato ou não tenha um direito incondicional de diferir a sua liquidação durante esse período. Todos os outros ativos e passivos devem ser classificados como não correntes.

2.2 - Outras políticas contabilísticas relevantes

As políticas contabilísticas mais relevantes resumem como segue:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis para uso ou prestarem um serviço, encontram-se mensurados ao custo, deduzidas das depreciações e eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável. Este custo inclui o custo considerado à data de transição para o SNC-AP e o custo de aquisição para ativos adquiridos após essa data.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado.

Os dispêndios subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos restantes ativos fixos tangíveis correspondem às vidas úteis estimadas (anos), utilizando-se na sua determinação o método das quotas constantes por duodécimos.

As vidas úteis e o método de depreciação dos ativos fixos tangíveis são periodicamente revistos. O efeito de alguma alteração a essas estimativas contabilísticas é reconhecido prospectivamente nas demonstrações financeiras.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem.

b) Imparidades de ativos

O Grupo avalia os seus ativos para efeitos de imparidade consoante a sua natureza, tendo em conta que são detidos para gerar um retorno económico (ativos geradores de caixa) ou para prestarem um serviço (ativos não geradores de caixa) resultante do seu uso ou venda.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

As quantias escrituradas desses ativos são periodicamente revistas para se determinar eventuais imparidades em relação a quantia recuperável do ativo ou conjunto de ativos.

A quantia recuperável do ativo ou de serviço é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. O valor de uso de um ativo (i) gerador de caixa é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter do uso continuado e da sua alienação no final da sua vida útil e (ii) não gerador de caixa é o valor presente do potencial de serviço remanescente do ativo. Sempre que for inferior é reconhecida uma perda por imparidade registada de imediato na demonstração dos resultados. A reversão de perdas por imparidade determinadas em anos anteriores é registada na demonstração dos resultados até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

c) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância da transação e não da forma do contrato.

Uma locação é classificada como locação financeira se transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade ou como locação operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade.

Os pagamentos de locação segundo uma locação operacional (excluindo custos de serviços tais como seguro e manutenção), na ótica do locatário, são reconhecidos como um gasto numa base linear.

Na ótica do locatário, os contratos de locação financeira são reconhecidos como ativos e as respetivas obrigações de locação como passivos. Os ativos e os passivos devem ser reconhecidos no início da locação e mensurados por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação.

Uma locação financeira dá origem a um gasto de depreciação relativo a ativos depreciables e a um gasto financeiro relativo a cada período contabilístico.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

d) Participações financeiras

As participações financeiras em entidades controladas e os investimentos em associadas com influência significativa são mensuradas pelo método do custo. As restantes participações financeiras são também mensuradas pelo custo, dado tratar-se de instrumentos de capital não cotados.

e) Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra. O custo é determinado utilizando o método do custo médio ponderado.

f) Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais e estão mensurados ao custo amortizado, quando aplicável, ou ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado quando (i) sejam à vista ou tenham maturidade definida em termos de prazo; (ii) o seu retorno ou remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda ou alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a receber ou pagar.

Para os ativos e passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos ou a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos e os pagamentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Os principais ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são: (i) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos; (ii) Clientes, contribuintes e utentes; (iii) Fornecedores; e (iv) Financiamentos obtidos.

Os ativos e passivos financeiros que não cumpram com as condições para ser mensurados ao custo amortizado e integram instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação, são registados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas nos resultados de exercício, exceto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

(i) Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes, contribuintes e utentes e outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de qualquer perda de imparidade, quando existir evidência objetiva de que determinadas transações não serão recuperáveis de acordo com as condições contratuais.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa

Correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria a curto prazo (3 meses) que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco não significativo de alterações de valor.

(iii) Património realizado

O património social inicial da Entidade corresponde ao património líquido apurado no balanço inicial quando se adotou, pela primeira vez, a elaboração e apresentação de demonstrações financeiras de acordo com o normativo POC-Educação.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

(iv) Fornecedores e Outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(v) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

g) Imparidade de ativos financeiros

As quantias escrituradas dos ativos financeiros são sujeitas anualmente a testes de imparidade para determinar se existe evidência objetiva de que os seus fluxos de caixa futuros estimados desses ativos serão, ou não, afetados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas e subsequentemente serão também revertidas por resultados, caso essa diminuição possa ser objetivamente relacionada com situações que tiveram lugar após o seu reconhecimento.

h) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra parte todos os riscos e benefícios significativos relacionados. São desreconhecidos também os ativos financeiros transferidos com o respetivo controlo cedido, mesmo que alguns riscos e benefícios significativos tenham sido retidos nessa transferência.

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando a obrigação contratualmente estabelecida seja liquidada, cancelada ou expire.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

i) Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota.

Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros.

Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e (iii) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

k) Rendimentos de transações

Os rendimentos obtidos são classificados de provenientes de transações com ou sem contraprestação, dependentemente de ter havido, ou não, uma retribuição próxima do justo valor dos recursos recebidos.

O rendimento de transações com contraprestação é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rendimento reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA ou outros impostos liquidados relacionados com a venda ou a prestação de serviços.

Os rendimentos provenientes da venda de bens é reconhecido quando o Grupo (i) tiver transferido para o comprador os riscos e as vantagens significativas da propriedade dos bens; (ii) não mantenha envolvimento continuado da gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) possa fiavelmente



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

mensurar a quantia do rendimento; (iv) tiver garantido que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados com a transação possam fluir; e (v) possa fiavelmente mensurar os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação.

Os rendimentos associados à prestação de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado, que pressupõe que (i) a quantia do rendimento possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos ou potencial de serviço associados à transação possam fluir; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

Quando o influxo de dinheiro ou equivalente de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rendimento de juros, que é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que os benefícios económicos futuros fluam para a Entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O influxo dos recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. O Grupo mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor à data de aquisição e o correspondente rendimento pela quantia do aumento no ativo reconhecido pela mesma.

O Grupo quando satisfaz uma obrigação presente, reconhecida como um passivo, com respeito a um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, reduz a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhece uma quantia de rendimento igual a essa redução.

As participações financeiras públicas e privadas, atribuídas a fundo perdido, são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que o Grupo cumpre com todas as condições contratualmente assumidas.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

As transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados inicialmente em património líquido e subsequentemente reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

Os subsídios à atividade não reembolsáveis são reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

l) Benefícios dos empregados

O Grupo reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico. O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, estando assim, os gastos correspondentes, já reconhecidos nos benefícios de curto prazo.

Os benefícios atribuídos aos empregados como prémios e gratificações de desempenho são registados no período a que dizem respeito, independentemente da sua aprovação ou pagamento ocorrer no período seguinte.

Na base da legislação em vigor, o Grupo tem a responsabilidade de pagar os complementos de reforma a determinados trabalhadores oriundos de serviço extintos, correspondente ao tempo de serviço prestado, e as despesas decorrentes de acidentes em serviço e de doenças profissionais e complementos de sobrevivência a determinados graus de parentesco de empregados falecidos antes da idade de reforma, as quais são definidas em função do nível de remuneração e do número de anos de serviço. Está constituída uma provisão para esse efeito, que é calculada com base nos encargos anualmente liquidados e na esperança média de vida estimada para os atuais pensionistas, de acordo com as tabelas publicadas pelo INE.

m) Especialização de gastos e rendimentos

O Grupo regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos e passivos, designadamente nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos (periodização económica) e diferimentos (rendimentos e gastos a reconhecer).

  35



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

n) Imposto sobre o rendimento

Com exceção da CHEGALVORADA, todas as entidades estão isentas de liquidação de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes e os impostos diferidos desta entidade, que compreendem o imposto sobre o rendimento, são registados em resultados ou no património líquido quando associados a transações registadas diretamente no património líquido.

Os impostos correntes correspondem ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício e os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Em cada data de relato é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual da recuperação futura.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

o) Acontecimentos após a data de relato

Os acontecimentos que ocorram após a data do balanço que proporcionem prova de condições que existiam nessa data dão lugar a ajustamentos nas demonstrações financeiras e aqueles que sejam indicativos de condições que surgiram após essa data não darão lugar a ajustamentos, mas serão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas se forem considerados materialmente significativos.

2.3 - Julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o SNC-AP requer julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas.

   36



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Em 2019, não ocorreram quaisquer alterações às políticas contabilísticas do período anterior.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As presentes demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto de continuidade das operações, tendo o Conselho de Gestão procedido à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade e concluiu que dispõe de recursos apropriados para manter as atividades, não havendo a intenção de as cessar a curto prazo, pelo que considerou como apropriado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas; no entanto, destaca-se que os fatores relacionados com o desempenho futuro estão associados aos níveis de financiamento do ensino superior que sejam garantidos a nível do Orçamento de Estado, que num ambiente de enormes exigências legais poderão não garantir uma equilibrada cobertura das obrigações de natureza diversa que terão de ser anualmente cumpridas, situação que poderá ser ainda mais agravada pelos efeitos do surto pandémico COVID 19.

2.5 - Divulgações sobre alterações de políticas contabilísticas com efeitos no período corrente e / ou períodos futuros

Alterações às normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pelo Grupo no presente período ou períodos subsequentes.

Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo, para os períodos apresentados, nem serão realizadas quaisquer alterações futuras com base na informação disponível.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

2.6 - Principais estimativas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos na aplicação das políticas contabilísticas foram baseados no melhor conhecimento dos eventos e das transações existente à data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas e tendo em consideração que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva.

Os julgamentos que, no futuro, poderão sofrer alterações com impacto material nos ativos e passivos e nos rendimentos e gastos estão relacionados com (i) a capacidade de obtenção de recursos financeiros para fazer face às necessidades da atividade desenvolvida e os níveis de exigência que estão associados e regulamentados; (ii) aos riscos existentes na recuperação de determinadas dívidas a receber maioritariamente relacionadas com propinas; (iii) dificuldade em determinar a elegibilidade e a recuperabilidade financeira dos gastos incorridos nos projetos de investigação científica, desenvolvimento experimental e tecnológico financiados por entidades externas, (iv) contingências por processos judiciais, cujo desfecho pode ser diferente das expectativas e posições defendidas pelo Grupo; e (v) responsabilidades devidas pela UAc com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades.

2.7 - Alterações nas estimativas contabilísticas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Entidade não procedeu a alterações de procedimentos ou metodologias de determinação de estimativas contabilísticas.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

2.8 - Erros materiais de períodos anteriores

Não foi identificado em 2019 qualquer erro relativo a períodos anteriores passível de correção, de acordo com os princípios da NCP 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Políticas Contabilísticas e Erros.

NOTA 3 - Ativos intangíveis

A quantia bruta escriturada e amortização e a imparidade acumulada em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era assim resumida:

Em 31 de dezembro de 2019				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Programas de computador e sistemas de informação	1 593 490	2 658	-	1 596 148
	1 593 490	2 658	-	1 596 148
Amortizações acumuladas				
Programas de computador e sistemas de informação	1 585 974	2 359	-	1 588 334
	1 585 974	2 359	-	1 588 334
Valor líquido	7 516			7 815

Em 31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Custo				
Programas de computador e sistemas de informação	1 591 829	2 693	(1 032)	1 593 490
	1 591 829	2 693	(1 032)	1 593 490
Amortizações acumuladas				
Programas de computador e sistemas de informação	1 584 311	2 209	(546)	1 585 974
	1 584 311	2 209	(546)	1 585 974
Valor líquido	7 518			7 516



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não tinha ativos intangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos e também não existiam quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

As amortizações do período foram totalmente reconhecidas nos resultados do período, no montante de 2.359 euros (em 2018 – 2.209 euros).

NOTA 5 - Ativos fixos tangíveis

A quantia bruta escriturada e de depreciações e imparidades acumuladas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 resume-se como segue:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Custo								
Em 1 de janeiro de 2018	11 690 967	46 655 829	20 360 157	719 728	10 140 053	2 405 993	-	91 972 726
Adições	-	23 704	142 195	-	141 027	21 561	2 310	330 796
Abates e correções	-	157 325	(165 900)	-	35 110	(39 603)	-	(13 068)
Em 31 de dezembro de 2018	11 690 967	46 836 858	20 336 452	719 728	10 316 190	2 387 951	2 310	92 290 455
Amortizações acumuladas								
Em 1 de janeiro de 2018	-	693 245	18 448 087	690 124	9 784 341	2 230 766	-	31 846 563
Adições	-	66 9614	120 359	9 930	41 142	5 731	-	846 777
Abates e correções	-	157 264	(182 232)	-	51 246	(33 426)	-	(7 148)
Em 31 de dezembro de 2018	-	1 520 123	18 386 214	700 055	9 876 729	2 203 071	-	32 686 192
Valor líquido - 2018	11 690 967	45 316 735	1 950 238	19 673	439 461	184 880	2 310	59 604 263
Custo								
Em 1 de janeiro de 2019	11 690 967	46 836 858	20 336 452	719 728	10 316 190	2 387 951	2 310	92 290 455
Adições	-	-	226 457	10 876	139 512	12 036	-	388 881
Abates e correções	-	-	(226 755)	-	(48 316)	(17 784)	(2 310)	(130 164)
Em 31 de dezembro de 2019	11 690 967	46 836 858	20 501 155	730 604	10 407 386	2 382 203	-	92 549 172
Amortizações acumuladas								
Em 1 de janeiro de 2019	-	1 520 123	18 386 214	700 055	9 876 729	2 203 071	-	32 686 192
Adições	-	670 640	182 082	10 813	154 698	31 634	-	1 049 867
Abates e correções	-	-	(55 727)	-	(48 316)	(27 517)	-	(131 559)
Em 31 de dezembro de 2019	-	2 190 763	18 512 569	710 868	9 983 111	2 207 188	-	33 604 499
Valor líquido - 2019	11 690 967	44 646 095	1 988 585	19 736	424 275	175 015	-	58 944 674

O montante reconhecido como adições refere-se exclusivamente a aquisições de ativos fixos tangíveis e estão registados pelo preço de fatura.

As depreciações do período foram totalmente reconhecidas nos resultados do período, no montante de 1.049.867 euros (em 2018 – 846.777 euros).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não tinha ativos fixos tangíveis de titularidade restringida ou dados como garantia de passivos.

NOTA 10 - Inventários

No período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a quantia escriturada dos inventários e o movimento ocorrido no período foram os seguintes:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Em 31 de dezembro de 2019				
	Mercadorias	Matérias- primas e subsidiárias	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	389	112 408	19 530	132 327
Compras	7 034	144 752	-	151 785
Variação da produção	-	-	(10 730)	(10 730)
Regularizações	-	(233)	9 860	9 627
Custo das matérias consumidas	(6 721)	(147 270)	-	(153 991)
Saldo final em 31 de dezembro	701	109 658	18 660	129 018
Imparidades acumuladas	-	-	-	-
Existências finais	701	109 658	18 660	129 018

Em 31 de dezembro de 2018				
	Mercadorias	Matérias- primas e subsidiárias	Produtos e trabalhos em curso	Total
Saldo inicial em 1 de janeiro	1 484	141 182	6 080	148 746
Compras	6 690	111 781	-	118 471
Variação da produção	-	-	13 450	13 450
Regularizações	-	(2)	-	(2)
Custo das matérias consumidas	(7 785)	(140 553)	-	(148 338)
Saldo final em 31 de dezembro	389	112 408	19 530	132 327
Imparidades acumuladas	-	-	-	-
Existências finais	389	112 408	19 530	132 327

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos resultados de 2019 foi de 153.991 euros (148.338 euros em 2018).

A variação da produção foi de 10.730 euros em 31 de dezembro de 2019 (2018 – 13.450 euros).

NOTA 13 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte decomposição:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

	2019	2018
Vendas		
Vendas de bens	115 539	108 923
Fotocópias, impressos e publicações	23 191	18 444
Senhas de cantina	89 909	68 418
Produtos alimentares e bebidas	1 079	4 305
Refeições	69 702	68 221
	<u>299 420</u>	<u>268 311</u>
Prestação de serviços		
Consultadoria técnica, científica e outros	1 474 124	1 236 269
Serviços de alojamento	332 107	324 365
Aluguer de equipamentos	38 784	97 746
Ações de formação	8 046	42 090
Cursos, congressos e ativ. educ. e culturais	27 498	37 447
Outras prestações de serviços	229 864	151 372
	<u>2 110 424</u>	<u>1 889 288</u>
	<u>2 409 844</u>	<u>2 157 599</u>

NOTA 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 têm a seguinte decomposição na demonstração de resultados e no balanço:

	2019	2018
Impostos e taxas		
Propinas	2 744 571	2 784 369
Taxas de matrícula	21 970	22 195
Taxas de exames	2 580	2 280
Taxas de melhorias de notas	2 890	4 950
Outras taxas	48 804	65 028
Multas	8 853	11 536
Emolumentos	74 319	87 988
	<u>2 903 987</u>	<u>2 978 346</u>

   42



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

	2019	2018
Transferências e subsídios correntes obtidos:		
Dotações do Orçamento de Estado	17 249 321	16 705 968
Projetos da Fundação Gaspar Frutuoso	1 633 660	1 716 838
Outras transferências correntes obtidas	911 018	614 066
Subsídios correntes obtidos	234 936	148 687
	20 028 934	19 185 559

NOTA 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as quantias reconhecidas em provisões e os movimentos ocorridos no período foram:

	Em 31 de dezembro de 2019				Saldo final
	Saldo inicial	Reforço no ano	Reduções no ano	Utilizações no ano	
Processos judiciais em curso	147 392	-	-	-	147 392
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	605 312	7 750	-	(44 191)	568 871
Outras provisões	782 891	-	-	-	782 891
	1 535 595	7 750	-	(44 191)	1 499 155

	Em 31 de dezembro de 2018				Saldo final
	Saldo inicial	Reforço no ano	Reduções no ano	Utilizações no ano	
Processos judiciais em curso	508 595	-	(361 203)	-	147 392
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	602 774	44 734	-	(42 196)	605 312
Outras provisões	782 891	-	-	-	782 891
	1 894 260	44 734	(361 203)	(42 196)	1 535 595



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

O efeito líquido na demonstração dos resultados foi um reforço no ano de 7.750 euros em 31 de dezembro de 2019 (uma perda de 316.649 euros em 2018).

A natureza das obrigações para as quais foram reconhecidas provisões e o momento em que possa ocorrer o exfluxo de benefícios económicos são:

- Processos judiciais em curso: relativos a situações de diferendo com trabalhadores ou terceiros, para os quais se estima que possa ser mais provável, do que não, um desfecho desfavorável face às expectativas e posições defendidas pelo Grupo, estando o prazo de eventuais exfluxos dependente da tramitação judicial dos referidos processos;
- Acidentes de trabalho e doenças profissionais: responsabilidades com o reembolso à CGA do pagamento de duas pensões de acidentes em serviço e de uma pensão de doença profissional, nos termos do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, bem como de quatro pensões complementares de reforma, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 141/79, de 22 de maio, cujo montante estimado depende da esperança de vida dos beneficiários das mesmas e da taxa de juro de desconto utilizada para determinar o valor atual dessas responsabilidades. Na estimativa da provisão para este efeito foi utilizada a mais recente tabela de esperança média de vida divulgada pelo INE, a taxa de atualização de pensões de 1% e a taxa de juro de 1,85%, para determinação do valor atual das responsabilidades;
- Outras provisões: responsabilidades pelo pagamento de valorizações remuneratórias de docentes resultantes do ciclo de avaliação concluído em 2010 e não pagas até 1/01/2015, estando o seu pagamento dependente de dotação financeira do Orçamento de Estado para este efeito.

Os passivos contingentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são relativos a:

- Processos judiciais em curso para os quais não foram reconhecidas provisões, porque se considera pouco provável a ocorrência de exfluxos financeiros, tendo em consideração a natureza da matéria litigiosa e o desfecho judicial de outros processos semelhantes. O montante estimado destes processos é de 367.230 euros em 31 de dezembro de 2019 e 2018.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Os ativos contingentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são relativos a:

- Recuperação de IVA autoliquidado e pago incorretamente nos anos de 2011 e 2012, que se encontra pendente da validação das declarações de substituição entregues na Autoridade Tributária em 2015 e 2016, dentro dos prazos legais. Atendendo à incerteza quanto ao desfecho destes processos, a quantia em causa não foi reconhecida como ativo. O montante estimado relativo a estes processos é de 313.841 euros.

NOTA 17 - Acontecimentos após a data de relato

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão em 23 de junho de 2020 pelo Conselho de Gestão.

Não são conhecidos, à data, quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas a 31 de dezembro de 2019.

Em 11 de março de 2020 foi declarado pela Organização Mundial de Saúde a situação de pandemia da doença COVID-19 provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, sendo ainda imprevisível o fim desta situação. O Grupo monitorizou desde o início a evolução desta crise sanitária, tendo preparado e posto em prática um Plano de Contingência com vista a aumentar as condições de proteção de todos os membros da comunidade académica e a continuidade da sua atividade com recurso ao ensino à distância e ao teletrabalho. A esta data, não é possível determinar a extensão e os impactos que esta situação possa ter nos meios financeiros necessários para o Grupo prosseguir a sua atividade, que dependem maioritariamente do Orçamento de Estado.

NOTA 18 - Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:

Ativos financeiros

(a) Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Universidade dos Açores detém as seguintes participações do património social de:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

	% Detida	2019	2018
Observatório do Turismo dos Açores	22,22%	20 000	20 000
INOVA	13,00%	92 354	92 354
Fundação das Universidades Portuguesas	3,33%	49 860	49 860
ADFMA	15,40%	2 000	-
Fundo de Compensação do Trabalho		7 984	5 105
		172 198	167 319
Imparidades acumuladas		(20 000)	(20 000)
		152 198	147 319

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as quantias reconhecidas em imparidades acumuladas e os movimentos ocorridos no período foram:

	2019	2018
Participações financeiras		
Saldo inicial	20 000	45 000
Perdas do ano	-	-
Reversões do ano	-	(25 000)
Saldo final	20 000	20 000

Em 31 de dezembro de 2018 procedeu-se à transferência de 25.000 euros para Outras contas a receber por o montante inicialmente previsto como investimento no capital próprio da AZORES PARQUE ter sido considerado nulo na sequência de uma decisão do tribunal e, consequentemente, procedeu-se à reversão da respetiva imparidade constituída em períodos anteriores. No entanto, como mencionado na alínea d) desta nota, o montante estimado a receber é de duvidosa recuperação.

(b) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica de Devedores por transferências e subsídios detalha-se do seguinte modo:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

	2019	2018
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		
Candidaturas a fundos regionais, nacionais e comunitários:		
Direção Regional da Ciência e Tecnologia	65 000	4 000
Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP	1 101 205	1 262 508
Fundo Regional de Ciência e Tecnologia	60 000	60 000
Comissão Europeia	126 681	141 461
Università Iuav di Venezia	-	17 200
DRFPE/DRCT - PO Açores 2020	3 494 262	1 289 344
PCT-MAC	1 428 842	321 455
Oceanário de Lisboa	-	100 000
Centro de Oncologia dos Açores	-	21 092
Outros devedores	108 841	57 830
	6 384 830	3 274 890

O saldo a receber representado nesta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é maioritariamente derivado de verbas devidas pelas entidades gestoras e financiadoras das diversas medidas e projetos a realizar no âmbito da atividade da Fundação Gaspar Frutuoso.

Em conformidade com a avaliação efetuada pela Administração desta entidade controlada em 31 de dezembro de 2019, os ativos são reconhecidos no balanço quando existe a probabilidade da ocorrência de atividades presentes e futuras para a Fundação e os ativos tenham um custo ou um valor que podia ser mensurado com fiabilidade, designadamente a aceitação e aprovação da entidade gestora e financiadora que foi estimado em 4.690.316 euros naquela data (em 2018 – 1.537.387 euros). Todos estes ativos estão restringidos quanto ao cumprimento das condições cuja atribuição lhe está associada, independentemente de já ter sido recebido.

(c) Clientes, contribuintes e utentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica de resume-se como segue:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

	2019	2018
Clientes, alunos e utentes		
Cientes, c/c	349 932	493 472
Utentes, c/c	1 476 689	1 676 095
Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	333 677	319 461
	<u>2 160 299</u>	<u>2 489 027</u>
Imparidades acumuladas	<u>(259 845)</u>	<u>(279 915)</u>
	<u>1 900 453</u>	<u>2 209 112</u>

No saldo da rubrica de Clientes, c/c predomina os valores a receber dos serviços de consultoria técnica e científica prestados pela Fundação Gaspar Frutuoso, que totalizaram o montante de 1.474.124 euros em 31 dezembro de 2019 (em 2018 – 1.236.269 euros).

O saldo da rubrica de Utentes, c/c é essencialmente constituído pelas propinas a pagar do ano letivo em curso, de 2019 / 2020, no montante de 1.475.163 euros (1.674.987 euros, em 2018). Os proveitos de propinas diferidos para o período subsequente, no montante de 1.597.972 euros em 31 de dezembro de 2019 (1.797.782 euros, em 2018), são reconhecidos em Diferimentos (Nota 23 (b)).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de Perdas por imparidade acumulada:

	01/01/2019	Reforço	Reversões	31/12/2019
Cientes	99 338	-	(16 006)	83 332
Alunos	180 577	-	(4 064)	176 513
Cientes, contribuintes e utentes	<u>279 915</u>	-	<u>(20 070)</u>	<u>259 845</u>
Outras contas a receber	-	25 000	-	25 000
Imparidade de contas a receber	<u>279 915</u>	<u>25 000</u>	<u>(20 070)</u>	<u>284 845</u>

	01/01/2018	Reforço	Reversões	31/12/2018
Cientes	109 499	-	(10 161)	99 338
Alunos	180 072	505	-	180 577
Imparidade de contas a receber	<u>289 571</u>	<u>505</u>	<u>(10 161)</u>	<u>279 915</u>



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

O montante líquido do movimento no ano teve um impacto (perdas) na demonstração dos resultados de 4.930 euros em 31 de dezembro de 2019 (reversões em 2018 – 9.656 euros).

As perdas por imparidade para clientes foram determinadas por análise individual, tendo em consideração as expectativas de recebimentos futuros e a situação económica e financeira conhecida do cliente.

As perdas por imparidade para utentes foram determinadas por análise agregada, tendo em consideração as taxas médias de recuperação históricas. Neste contexto, foram consideradas perdas por imparidade de 100% para dívidas remanescentes de propinas de anos letivos anteriores ao último ano letivo terminado, tendo em consideração as taxas reduzidas de recuperação dessas dívidas mais antigas. Para as dívidas do último ano letivo terminado foi considerada uma taxa de recuperação de 81,8% (em 2018 - 79,8%), igual à taxa média de recuperação acumulada que se verificou historicamente para as dívidas de anos letivos anteriores.

Como mencionado na Nota 18 (d) abaixo, a recuperabilidade do saldo a receber da AZORES PARQUE apresenta algum risco de cobrabilidade pelo facto da alteração acionista que, entretanto, ocorreu nesta entidade e, nesta conformidade, foi considerado um ativo em imparidade em 31 dezembro de 2019.

(d) Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de outras contas a receber resume-se como segue:

	2019	2018
<i>Outras contas a receber</i>		
Devedores por acréscimos:		
Serviços prestados ainda não faturados	158 256	124 120
Governo Regional dos Açores - apoio à tripolaridade	175 000	175 000
Azores parque	25 000	25 000
Outros devedores	844	1 559
	<u>359 100</u>	<u>325 679</u>
Imparidade acumulada	(25 000)	-
	<u>334 100</u>	<u>325 679</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não existiam ativos financeiros dados em garantia, como colateral de passivos financeiros.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Passivos financeiros

(e) Fornecedores e Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos destas rubricas decompõem-se como segue:

	2019	2018
Fornecedores		
Fornecedores, c/c	37 963	24 198
Fornecedores de imobilizado	37 963	24 198
Outras contas a pagar		
Fornecedores de investimentos	292	-
Credores por acréscimos:		
Remunerações a liquidar	2 690 993	2 569 437
Juros a liquidar do empréstimo do IGCP	-	4 560
Outros acréscimos de gastos	72 677	88 915
Pessoal	1 471	9
Cauções de alunos	30 599	29 882
Medidas e projetos em desenvolvimento:		
Projetos de desenvolvimento e investigação	6 135 725	2 853 771
Subsídios ao investimento	-	401 182
Outros credores	35 498	1 331
	8 967 255	5 949 087

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outras contas a pagar contempla essencialmente a provisão para férias e subsídios de férias no montante de 2.690.993 euros (2.569.437 euros em 2018) e o valor das medidas e dos projetos de investigação aprovados e que ainda se encontram por realizar no final do ano, os quais são reconhecidos no passivo após existir segurança de que a Fundação Gaspar Frutuoso cumprirá as condições associadas às medidas ou projetos que pretende executar, regra geral, na data da sua aprovação. São mantidos nesta rubrica enquanto estiverem em fase de desenvolvimento ou execução, independentemente do correspondente financiamento já ter sido ou não recebido e, após a respetiva execução, são transferidos para resultados ou para o património líquido, quando relacionados com ativos depreciáveis.

Os montantes dos financiamentos recebidos não proporcionam prova conclusiva de que as condições associadas à sua atribuição tenham sido ou serão cumpridas.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

(f) Financiamentos obtidos

O empréstimo foi concedido pelo Estado Português no contexto da aprovação do plano de reequilíbrio financeiro da UAc. Para a execução deste plano, a UAc obteve do Governo da República, até 2016, transferências financeiras extraordinárias que permitiram o pagamento do serviço da dívida nesses anos. Contudo, nos anos de 2017 e 2018, a UAc não recebeu essas transferências. Adicionalmente, em 2018, a UAc não teve sequer aumento de dotações do Orçamento de Estado para fazer face ao aumento das despesas com pessoal decorrentes da aplicação da Lei do Orçamento de Estado para 2018. Neste contexto e na ausência de saldos orçamentais de anos anteriores, tornou-se impossível assegurar o pagamento integral do serviço da dívida em 2018, tendo sido regularizado em 2019.




pelo que se encontra em incumprimento o pagamento da última prestação, que se venceu em 15 de maio de 2018.

(g) Instrumentos de património líquido

Os movimentos ocorridos nas contas classificadas no património líquido resumem como segue em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Em 31 de dezembro de 2019				
	Saldo inicial	Movimentos no ano	Ajustamentos no ano	Aplicação de resultados	Saldo final
Património	7 149 702	-	-	-	7 149 702
Resultados transitados	(7 161 591)	-	35 218	267 253	(6 859 120)
Outras variações no património líquido	57 324 655	(668 378)	-	-	56 656 277
	57 312 765	(668 378)	35 218	267 253	56 946 858
Resultado líquido do período	267 253	140 605	-	(267 253)	140 605
	57 580 019	(527 773)	35 218	-	57 087 463

	Em 31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Movimentos no ano	Ajustamentos no ano	Aplicação de resultados	Saldo final
Património	7 149 702	-	-	-	7 149 702
Resultados transitados	(7 508 556)	-	(6 080)	353 045	(7 161 591)
Outras variações no património líquido	57 943 176	(618 521)	-	-	57 324 655
	57 584 321	(618 521)	(6 080)	353 045	57 312 765
Resultado líquido do período	353 045	267 253	-	(353 045)	267 253,46
	57 937 366	(351 268)	(6 080)	-	57 580 019



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

A rubrica Outras variações no património líquido, cujo movimento anual se resume abaixo, tem a seguinte composição

	2019	2018
Transferências e subsídios de capital		
Saldo inicial	45 649 881	46 268 403
Subsídios atribuídos e correções no ano	153 798	82 281
Imputação aos resultados do ano	(822 176)	(700 802)
	(668 378)	(618 521)
Saldo final	44 981 503	45 649 881
Doações obtidas		
Em ativos	11 674 774	11 674 774
Saldo final	56 656 277	57 324 655

NOTA 20 - Divulgações de partes relacionadas

A UAc está sob a tutela do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, do Governo da República Portuguesa.


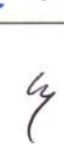

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a UAc tinha o controlo sobre as seguintes entidades:

Denominação	Natureza da entidade	Sede
Serviços de Ação Social Escolar da UAc	Serviço da UAc com autonomia administrativa e financeira	Ponta Delgada
Fundação Gaspar Frutuoso	Fundação Pública de Direito Privado	Ponta Delgada
Chegalvorada, Unipessoal Lda	Sociedade Unipessoal p/ Quotas	Angra do Heroísmo

Em 31 de dezembro de 2019, as pessoas-chave da gestão e membros próximos da entidade mãe eram:

Cargo	Número de pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações	Empréstimos	Benefícios diretos e indiretos
Pessoas-chave da gestão (*)	7	473.613,43	-	-	-
Membros próximos da família	1	52.387,91	-	-	-

(*) Reitor, Vice-Reitores, Administrador e Fiscal Único

   52



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

NOTA 21 - Relato por segmentos

A Entidade não reporta informação por segmentos, tendo em consideração que a sua atividade se concentra na atividade principal de ensino superior, sendo outras atividades, nomeadamente investigação, complementares da atividade principal e sem relevância financeira para as contas separadas (individuais) da UAc. De acordo com o Regime Jurídico dos Graus e Diplomas (Decreto-Lei n.º 74/2006 na sua redação atual), os graus de licenciado, mestre e doutor só podem ser conferidos pelas instituições de ensino superior universitárias que, entre outros requisitos, desenvolvam atividades de formação e investigação de nível e qualidade reconhecidos. Assim, no ensino superior, a docência implica investigação e não pode ser dissociada desta.

NOTA 23 – Outras Divulgações

Nos parágrafos são detalhadas algumas informações adicionais relevantes.

(a) Estado e outros entes públicos

Os saldos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 com o Estado e outros entes públicos resumem-se como segue:

	2019		2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento - IRC	-	2 339	2 352	-
Retenções de imposto sobre o rendimento				
Trabalho dependente	-	87	-	102
Rendimentos profissionais	-	-	-	11 649
Imposto sobre o valor acrescentado				
IVA - a pagar	-	38 880	-	68 473
IVA - a recuperar	5 881	-	4 610	-
Contribuições para a segurança social				
Caixa Geral de Aposentações	-	-	-	1 122
Segurança Social	-	15 700	-	495
Outros impostos	-	321	-	291
	5 881	57 326	6 961	82 132

O detalhe do imposto a pagar/(a recuperar) em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

	2019	2018
Imposto corrente	3 815	1 858
Pagamentos por conta	(1 476)	(4 209)
Saldo final - IRC a pagar/(a recuperar)	2 339	(2 352)

(a) Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da Diferimentos classificado no ativo resume-se como segue:

	2019	2018
Gastos diferidos		
Fornecimentos e serviços externos	79 137	40 401
	<u>79 137</u>	<u>40 401</u>

O saldo desta rubrica compreende essencialmente gastos já liquidados no período mas que serão consumidos ou utilizados no período subsequente (material de escritório e de conservação, etc.) ou têm vigência contratual para os períodos seguintes (prémios de seguro e outros contratos).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de Diferimentos classificado no passivo resume-se como segue:

	2019	2018
Rendimentos diferidos		
Projetos Erasmus e outros	814 776	397 415
Propinas recebidas dos períodos seguintes	1 597 972	1 797 982
Prestações de serviços da Fundação Gaspar Frutuoso recebidas e ainda não executadas	1 892 100	1 468 433
Outros rendimentos diferidos	5 061	9 916
	<u>4 309 909</u>	<u>3 673 746</u>

O saldo desta rubrica refere-se aos rendimentos já recebidos ou contratados que serão prestados nos períodos subsequentes.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

(b) Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Fornecimentos e serviços externos decompunha-se como se segue:

	2019	2018
<i>Fornecimentos e serviços externos:</i>		
Trabalhos especializados	1 297 784	1 094 002
Deslocações e estadas	573 183	432 203
Eletricidade	418 412	463 716
Outros fornecimentos e serviços	388 062	373 575
Honorários	264 214	317 296
Outros materiais	260 872	301 767
Vigilância e segurança	260 511	243 706
Conservação e reparação	226 227	211 746
Água	122 090	129 962
Seguros	48 588	54 501
Comunicação	50 753	45 942
Material de escritório	35 461	38 659
Outros fluídos	34 073	36 051
Consumos laboratoriais	29 077	26 239
Artigos para oferta	27 858	7 209
Limpeza, higiene e conforto	19 491	20 088
Publicidade e propaganda	19 348	31 515
Transporte de mercadorias e outros bens	11 307	5 036
Combustíveis	9 486	11 607
Rendas e alugueres	3 879	3 928
Livros e documentação técnica	3 859	3 601
Comissões	1 884	1 979
Contencioso e notariado	513	756
Subcontratos	248	449
Despesas de representação	169	188
Material de educação, cultura e recreio	-	768
	4 107 349	3 856 488

(c) Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Gastos com pessoal decompunha-se como se segue:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

	2019	2018
Gastos com o pessoal:		
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	571 446	552 263
Remunerações do pessoal	15 662 703	15 305 316
Indemnizações	41 592	12 017
Encargos sobre remunerações	3 712 061	3 607 662
Seguros acidentes de trabalho e doenças profissionais	12 123	16 591
Outros encargos sociais	119 292	80 035
Outros gastos com o pessoal	3 462	1 262
	20 122 678	19 575 145

(d) Transferências e subsídios concedidos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Transferências e subsídios concedidos compreende a concessão de bolsas de estudo e de investigação, nos montantes de 654.880 euros e 605.850 euros, respetivamente.

(e) Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outros rendimentos e ganhos era constituída por:

	2019	2018
Outros rendimentos e ganhos		
Rendimentos suplementares	20 708	9 858
Descontos e pronto pagamento obtidos	742	680
Ganhos em inventários	3	36
Alienação de ativos fixos tangíveis	1 649	1 819
Correções relativas a exercícios anteriores	82 180	14 726
Imputação de subsídios para investimentos	822 176	700 802
Outros rendimentos e ganhos	44 881	22 555
	972 339	750 476

(f) Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de Outros gastos e perdas era constituída por:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

	2019	2018
<i>Outros gastos e perdas</i>		
Impostos diretos	474	495
Impostos indiretos	8 672	5 893
Perdas em inventários	680	186
Alienação de ativos fixos tangíveis	1 804	3 636
Multas e penalidades	-	842
Donativos	1 364	1 364
Correções relativas a exercícios anteriores	34 023	67 023
Quotizações	11 300	13 948
Outros gastos e perdas	17 216	33 923
	<u>75 534</u>	<u>127 311</u>

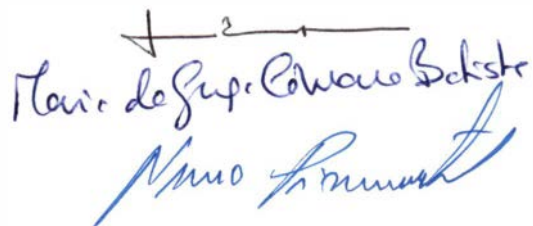
(h) Juros, rendimentos e gastos de financiamento

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de juros, rendimentos e gastos de financiamento era constituída exclusivamente pelos juros suportados no empréstimo que foi concedido pelo Estado Português no contexto da aprovação do plano de reequilíbrio financeiro da Universidade dos Açores:

	2019	2018
<i>Gastos e perdas de financiamento</i>		
Juros suportados	2 077	5 327
	<u>2 077</u>	<u>5 327</u>

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão


Maria de Fátima Correia Balsemão
Vice-Presidente



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

4. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

4.1. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - RECEBIMENTOS

Demonstração consolidada do desempenho orçamental
do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

RECEBIMENTOS	2019	2018
Saldo de gerência anterior		
Operações orçamentais	3 119 784,47	2 670 454,52
Restituição de saldos de operações orçamentais	62 419,56	21 109,53
Operações de tesouraria	33 920,45	42 417,55
Receita corrente		
Receita fiscal	-	-
Impostos diretos	-	-
Impostos indiretos	-	-
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	2 893 367,58	3 077 339,56
Rendimentos de propriedade	4 384,56	4 384,56
Transferências Correntes	20 004 349,36	19 274 340,48
Administrações Públicas	18 727 429,49	18 514 015,09
Administração Central - Estado	17 249 321,00	16 667 468,00
Administração Central - Outras entidades	42 912,26	83 119,54
Segurança Social	-	-
Administração Regional	1 410 496,23	1 744 477,55
Administração Local	24 700,00	18 950,00
Exterior - UE	730 362,03	522 324,12
Outras	546 557,84	238 001,27
Venda de bens e serviços	3 276 712,96	2 471 902,36
Outras receitas correntes	23 428,68	30 541,91
Receita de capital		
Venda de bens de investimento	-	-
Transferências de Capital	380 163,25	465 457,84
Administrações Públicas	380 163,25	465 457,84
Administração Central - Estado	-	-
Administração Central - Outras entidades	380 163,25	465 457,84
Segurança Social	-	-
Administração Regional	-	-
Administração Local	-	-
Exterior - UE	-	-
Outras	-	-
Outras receitas de capital	-	-
Reposição não abatida aos pagamentos	13 718,36	9 207,67
Receita efetiva	26 596 124,75	25 333 174,38
Receita não efetiva:		
Receitas com ativos financeiros	-	-
Receita com passivos financeiros	-	-
Total da receita	29 715 909,22	28 003 628,90
Operações de tesouraria	209 577,19	155 768,29

Figura 15 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - RECEBIMENTOS

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão

Handwritten signature: Rui de Fátima Gomes & Silva
Handwritten signature: Nuno Brito
58



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

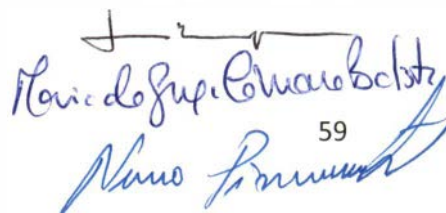
4.2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL - DESPESAS

Demonstração consolidada do desempenho orçamental do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018		
DESPESAS	2019	2018
Despesa corrente		
Despesas com o pessoal	20 653 505,75	19 892 982,52
Remunerações Certas e Permanentes	16 526 603,47	16 047 850,67
Abonos Variáveis ou Eventuais	263 305,65	92 821,26
Segurança social	3 863 596,63	3 752 310,59
Aquisição de bens e serviços	3 622 196,16	3 630 914,90
Juros e outros encargos	6637,69	1 533,33
Transferências correntes	624 081,68	581 301,86
Administrações Públicas	-	-
Administração Central - Estado	-	-
Administração Central - Outras entidades	-	-
Segurança Social	-	-
Administração Regional	-	-
Administração Local	-	-
Instituições sem fins lucrativos	-	-
Famílias	624 081,68	581 301,86
Outras	-	-
Subsídios	-	-
Outras despesas correntes	354 294,40	259 733,93
Despesa de capital		
Investimento	362 119,51	304 958,33
Transferências de capital	-	-
Administrações Públicas	-	-
Administração Central - Estado	-	-
Administração Central - Outras entidades	-	-
Segurança Social	-	-
Administração Regional	-	-
Administração Local	-	-
Instituições sem fins lucrativos	-	-
Famílias	-	-
Outras	-	-
Outras despesas de capital	-	-
Despesa efetiva	25 622 835,19	24 671 424,87
Despesa não efetiva:		
Despesa com ativos financeiros	2 000,00	-
Despesa com passivos financeiros	150 000,00	150 000,00
Total da despesa	25 774 835,19	24 821 424,87
Operações de tesouraria	220 620,43	164 265,39
Saldos para gerência seguinte		
Operações orçamentais	3 941 074,03	3 182 204,03
Operações de tesouraria	22 877,21	33 920,45
Saldo global	973 289,56	661 749,51
Despesa primária	25 616 197,50	24 669 891,54
Saldo corrente	941 527,46	492 042,33
Saldo de capital	18 043,74	160 499,51
Saldo primário	979 927,25	663 282,84
Receita total	29 715 909,22	28 003 628,90
Despesa total	25 774 835,19	24 821 424,87

Figura 16 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL – DESPESAS

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão


59



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

4.3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA - DIREITOS

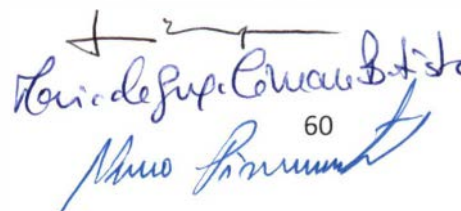
Demonstração consolidada de direitos por natureza
do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Euros	
DIREITOS	2019	2018
Receitas Correntes		
Receita fiscal	-	-
Impostos diretos	-	-
Impostos indiretos	-	-
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-
Taxas, multas e outras penalidades	2 891 194,45	3 071 382,36
Rendimentos de propriedade	4 384,56	4 384,56
Transferências Correntes	20 300 261,36	19 269 340,48
Administrações Públicas	19 073 341,49	18 514 015,09
Administração Central - Estado	17 249 321,00	16 667 468,00
Administração Central - Outras entidades	388 824,26	83 119,54
Segurança Social		
Administração Regional	1 410 496,23	1 744 477,55
Administração Local	24 700,00	18 950,00
Exterior - UE	730 362,03	522 324,12
Outras	496 557,84	233 001,27
Venda de bens e serviços	3 120 475,12	2 231 686,92
Outras receitas correntes	22 490,66	30 541,91
Receitas de Capital		
Venda de bens de investimento	-	-
Transferências de Capital	380 163,25	465 457,84
Administrações Públicas	380 163,25	465 457,84
Administração Central - Estado	-	-
Administração Central - Outras entidades	380 163,25	465 457,84
Segurança Social		
Administração Regional	-	-
Administração Local	-	-
Exterior - UE	-	-
Outras	-	-
Outras receitas de capital	-	-
Reposição não abatidas aos pagamentos	13718,36	34 207,67
Receita efetiva	26 732 687,76	25 107 001,74
Receita não efetiva:		
Receita com ativos financeiros	-	-
Receita com passivos financeiros	-	-
Receita total	26 732 687,76	25 107 001,74

Figura 17 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – DIREITOS

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão


60



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

4.4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA - OBRIGAÇÕES

Demonstração consolidada de obrigações por natureza
do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Euros	
OBRIGAÇÕES	2019	2018
Despesa corrente		
Despesas com o pessoal	20 691 122,76	19 893 663,96
Remunerações Certas e Permanentes	16 548 993,29	16 047 874,67
Abonos Variáveis ou Eventuais	273 446,04	92 821,26
Segurança social	3 868 683,43	3 752 968,03
Aquisição de bens e serviços	3 528 902,16	3 639 637,82
Juros e outros encargos	6 637,69	1 533,33
Transferências correntes	624 081,68	581 301,86
Administrações Públicas	-	-
Administração Central - Estado	-	-
Administração Central - Outras entidades	-	-
Segurança Social	-	-
Administração Regional	-	-
Administração Local	-	-
Instituições sem fins lucrativos	-	-
Famílias	624 081,68	581 301,86
Outras	-	-
Subsídios	-	-
Outras despesas correntes	354 294,40	259 733,93
Despesa de Capital		
Investimento	362 261,90	304 958,33
Transferências de capital	-	-
Administrações Públicas	-	-
Administração Central - Estado	-	-
Administração Central - Outras entidades	-	-
Segurança Social	-	-
Administração Regional	-	-
Administração Local	-	-
Instituições sem fins lucrativos	-	-
Famílias	-	-
Outras	-	-
Outras despesas de capital	-	-
Despesa efetiva	25 567 300,59	24 680 829,23
Despesa não efetiva:		
Despesas com ativos financeiros	2 000,00	-
Despesas com passivos financeiros	150 000,00	150 000,00
Despesa total	25 719 300,59	24 830 829,23

Figura 18 – DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA – OBRIGAÇÕES

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão

António José Gonçalves
Mário



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

4.5 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Nota introdutória

A **Universidade dos Açores** (também designada neste Anexo por UAc ou, quando considerada em conjunto com as restantes entidades que controla, Grupo) é uma pessoa coletiva de direito público com personalidade jurídica, património próprio e autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa, financeira e disciplinar, que adota como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas (SNC-AP), que prescreve a preparação de demonstrações orçamentais consolidadas que transmitam de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse.

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas são apresentadas de acordo com as Normas de Contabilidade Públicas (“NCP”) expressas no sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e de acordo com a NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, tendo preparado as demonstrações consolidadas do desempenho orçamental e de direitos e obrigações por natureza.

A UAc é entidade-mãe controladora final, pelo que as presentes demonstrações orçamentais consolidadas, que serão integradas no perímetro de consolidação do subsetor de administração central, não são consolidadas em outra entidade numa fase intermédia. Como entidade consolidante é responsável pela elaboração de documentos e elementos de apoio ao processo de consolidação orçamental, nomeadamente: o plano de contas central; o calendário das operações; as hierarquias de consolidação; o nível dos classificadores orçamentais a que será executada a consolidação; os procedimentos de homogeneização e agregação dos dados e de eliminação das operações internas.

As entidades controladas pela UAc no período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são:



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Entidade	Sede	% Detida	Método consolidação
SASE - Serviços de Acção Social Escolar da Universidade dos Açores	Ponta Delgada	100,00%	Simple aggregation
Fundação Gaspar Frutuoso, FP	Ponta Delgada	100,00%	Integral
Chegalvorada - Produção, Exploração e Gestão Agrícola Unipessoal Lda	Angra do Heroísmo	100,00%	Integral

A consolidação de contas da UAc foi feita em duas perspetivas (orçamental e financeira) correspondendo a cada uma delas, um perímetro de consolidação diferente. Na perspetiva orçamental, o perímetro de consolidação não compreende a CHEGALVORADA, entidade controlada que nos períodos contabilísticos reportados não integra o Orçamento do Estado, não estando incluído nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Referencial contabilístico de preparação das demonstrações orçamentais consolidadas

As presentes demonstrações orçamentadas consolidadas foram preparadas na base de caixa modificada e a partir dos registos contabilísticos da UAc e das entidades controladas mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, designadamente de acordo com NCP 26.

Sempre que não seja considerado um referencial de apresentação apropriado e sejam necessárias divulgações adicionais e não responda a aspetos particulares de transações ou situações que se coloquem em matéria de contabilização ou de relato orçamental, recorrer-se-á, supletivamente, em primeiro lugar, às normas internacionais de contabilidade pública que estiverem em vigor e, depois, às disposições do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações orçamentais consolidadas, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras orçamentais.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Princípios de consolidação

A consolidação das entidades controladas que estão anteriormente identificadas efetuou-se pelo método da consolidação simples.

As entidades controladas são aquelas em que a UAc tem capacidade para orientar as suas atividades relevantes ou detém direitos a benefícios variáveis e são integradas na consolidação desde a data em que assume esse controlo e até ao momento em que o mesmo cessa e, condição necessária, que estejam incluídas nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

As contas das entidades controladas reportam-se ao mesmo período temporal e, sempre que uma entidade deixar de fazer parte integrante do perímetro de consolidação, serão considerados os pagamentos e recebimentos realizados até à data em que abandonou o perímetro, mas não a sua posição de obrigações e liquidações apurada a essa data.

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas são preparadas combinando as demonstrações orçamentais anuais individuais homogeneizadas das entidades que compõem o perímetro de consolidação, numa base de linha a linha, adicionando rubricas idênticas de obrigações, de pagamentos, de liquidações e de recebimentos, segundo a natureza das operações, constantes das demonstrações orçamentais.

Os saldos existentes e transações ocorridas significativas entre as entidades controladas incluídas na consolidação foram eliminados, nomeadamente na demonstração consolidada de direitos e obrigações, os créditos e débitos recíprocos por natureza registados, e na demonstração consolidada de desempenho orçamental os pagamentos e recebimentos, por natureza, resultantes de operações internas.

Os critérios aplicáveis adotados na preparação das demonstrações orçamentais individuais são os previstos no SNC-AP, sendo feitos, quando aplicável, ajustamentos e reclassificações apropriados às demonstrações orçamentais das entidades controladas de modo a assegurar a conformidade com as demonstrações orçamentais consolidadas.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Apresentação apropriada das demonstrações orçamentais consolidadas e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada a execução orçamental do conjunto de entidades que compõem o perímetro de consolidação como se de uma única entidade se tratasse, nomeadamente das obrigações, pagamentos, liquidações e recebimentos dessas entidades.

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Gestão, em 23 de junho de 2020, e serão submetidas a aprovação pelo Conselho Geral.

As demonstrações financeiras e orçamentais separadas da Entidade serão submetidas à aprovação pelo Conselho de Gestão em 25 de junho de 2020.

Derrogação das disposições do SNC-AP

Não existiram, no decorrer do período abrangido pelas demonstrações orçamentais quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenha produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações orçamentais consolidadas.

Comparabilidade das demonstrações orçamentais consolidadas

Os elementos constantes nas presentes demonstrações orçamentais consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior. Como já mencionado, não são mostrados os números comparativos da demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Consistência de apresentação

As presentes demonstrações orçamentais consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, sendo o método e procedimentos de consolidação adotado aplicado de forma consistente com o período contabilístico precedente, exceto no que concerne à demonstração consolidada de direitos e obrigações que não foi possível ser preparada com informação rigorosa.



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Conciliação de caixa e seus equivalentes e a conta de gerência consolidadas das entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a composição de caixa e seus equivalentes das entidades controladas era a seguinte:



	2019	2018
Caixa	6 430	2 188
Depósitos em instituições financeiras		
À ordem	155 485	85 000
A prazo	-	-
Conta no Tesouro	3 859 974	3 159 122
	<u>4 021 888</u>	<u>3 246 310</u>
Descobertos bancários	-	-
	<u>4 021 888</u>	<u>3 246 310</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a conciliação entre o caixa e seus equivalentes das entidades controladas e o saldo de gerência das entidades que compreendem o perímetro de consolidação orçamental é assim representado:

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 246 310,03	2 766 461,73
Equivalentes a caixa no início do período	3 246 310,03	2 766 461,73
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no início do período	(30 185,55)	(32 480,13)
Saldo da gerência anterior	3 216 124,48	2 733 981,60
De execução orçamental	3 182 204,03	2 691 564,05
De operações de tesouraria	33 920,45	42 417,55
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 021 887,77	3 246 310,03
Equivalentes a caixa no fim do período	4 021 887,77	3 246 310,03
Exclusões no perímetro de consolidação orçamental no início do período	(57 936,53)	(30 185,55)
Saldo para a gerência seguinte	3 963 951,24	3 216 124,48
De execução orçamental	3 941 074,03	3 182 204,03
De operações de tesouraria	22 877,21	33 920,45

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

O Conselho de Gestão


Rui de Sá, Presidente


**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Ao Conselho geral,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Universidade dos Açores** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019, as demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas e, também, as demonstrações orçamentais consolidadas do Grupo que compreendem as demonstrações consolidada do desempenho orçamental e de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

Verificámos que o perímetro de consolidação foi definido pela Universidade dos Açores, como entidade consolidante, de harmonia com estabelecido na legislação em vigor, e que nos seus aspetos essenciais foram apropriadamente aplicadas os princípios de consolidação de contas definidos no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas e previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26.

Relativamente às entidades integradas no perímetro de consolidação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, apreciamos o respetivo Relatório de gestão em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O Relatório consolidado satisfaz de um modo geral os requisitos exigidos e verificámos que existe concordância do seu conteúdo com as contas consolidadas.

Em face do exposto, e dado não se nos ter deparado qualquer aspeto que afete materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, somos de parecer que aprovele o relatório de gestão e as demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas da **Universidade dos Açores** do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Universidade dos Açores** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 71.959.994 euros e um total de património líquido de 57.087.463 euros, incluindo um resultado líquido de 140.605 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, das alterações no património líquido e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Universidade dos Açores** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes da entidade que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfase

Conforme referido na Nota 17 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo adotou medidas excepcionais consideradas necessárias e impostas legalmente relacionados com COVID 19, as quais terão impacto nas operações e na posição financeira e orçamental, a qual se encontra pressionada pelo não adequado financiamento público às especificidades Insulares e ultraperiféricas da Região Autónoma dos Açores. Todavia, tendo em consideração a informação presentemente disponível sobre a evolução deste surto pandémico, o Conselho de Gestão entende que o princípio da continuidade das operações usado na preparação das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019, permanece apropriado.



Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;



- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, as demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

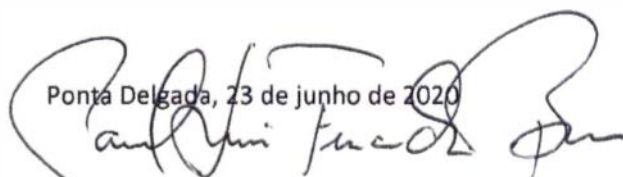
Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem as demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita e despesa de 29.715.909 euros e 25.774.835 euros, respetivamente) e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza (que evidencia um total de receita e despesa de 26.732.688 euros e 25.719.301 euros, respetivamente) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Ponta Delgada, 23 de junho de 2020



UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Manuel Luís Fernandes Branco (ROC nº 652)